



Colaboratório Nacional Pop Rua

CADERNO METODOLÓGICO DA ESCOLA NACIONAL POP RUA

Brasília DF
2026



Colaboratório Nacional **Pop Rua**

CADERNO METODOLÓGICO DA ESCOLA NACIONAL POP RUA

Brasília – DF

2026



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caderno metodológico da Escola Nacional Pop Rua
[livro eletrônico]. -- Brasília, DF :
Escola de Governo Fiocruz Brasília, 2026.
PDF

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-88309-83-4

1. Educação - Aspectos políticos 2. Educação -
Aspectos sociais 3. Pessoas em situação de rua -
Assistência 4. Pessoas em situação de rua - Brasil
5. Pessoas em situação de rua - Condições sociais.

26-335243.0

CDD-370.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação e sociedade 370.19

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

BRASIL, Ministério da Saúde. Fiocruz Brasília – Núcleo de Populações em Situação de Vulnerabilidade e Saúde Mental na Atenção Básica – NuPop. Colaboratório Nacional Pop Rua. Caderno Metodológico da Escola Nacional Pop Rua, 1ª edição. Fevereiro, 2026.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Venda proibida. Distribuição gratuita. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é de responsabilidade das áreas técnicas.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luís Inácio Lula da Silva

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)**Presidência Fundação Oswaldo Cruz**

Mario Moreira

GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA (GEREB) - FIOCRUZ BRASÍLIA**Diretora Geral**

Maria Fabiana Damásio

Vice-Diretora

Denise Oliveira e Silva

COORDENAÇÃO FÓRUM CONSULTIVO - COLABORATÓRIO NACIONAL POP RUA

Marcelo Pedra Martins Machado

Vanilson Torres

Kelseny Medeiros

Rosângela Candido do Nascimento

COORDENAÇÃO ESCOLA NACIONAL POP RUA

Stella Gomes Alves dos Santos

CONTEUDISTAS

Bianca Costa Campos

Guioberto Junio Caetano de Carvalho

Joana Darc Bazilio da Cruz

Kleidson Oliveira Bezerra

Otto Leone Corrêa

Stella Gomes Alves dos Santos

Taciana Madruga Schnornberger

Verônica Brito Sepúlveda Martines

Samuel Rodrigues

REVISÃO TÉCNICA

Stella Gomes Alves dos Santos

Otto Leone Corrêa

Marcelo Pedra Martins Machado

Regiane Rocha Gomes

Verônica Brito Sepúlveda Martines

Bianca Costa Campos

REVISÃO TEXTUAL

Stella Gomes Alves dos Santos

Otto Leone Corrêa

Dandara Coatio

Verônica Brito Sepúlveda Martines

Regiane Rocha Gomes

Marcelo Pedra Martins Machado

Ana Rogéria Ventura de Carvalho Paes Ribeir

NOSSA ESCOLA

Viva a escola nacional,
Viva o saber popular,
Pop rua é nosso lema,
A roda o nosso lugar,
A cantoria a poesia e a dança,
Nos prepara para lutar.

Na escola de Verônica,
Tem história de Maria,
Escolha a carta certa,
Tudo o que ela queria,
A escola pop rua,
É a bússola que nos guia.

Desejo antigo de um povo,
De fazer conhecimento,
E das durezas da vida,
Ver brotar grandes talentos,
E aos que passaram primeiro,
Nosso reconhecimento.

Na escola tem leitura,
Tem discussão dos direitos,
Muitas histórias e memórias,
Guardadas dentro do peito,
Tem mística que fortalece,
A luta e o sujeito.

Movimento nacional,
Fundação Oswaldo Cruz,
Nossa amiga deputada,
O sonho virou a luz,
Nossa escola é só potência,
É sabido o que produz.

Apresentação

Este caderno metodológico é fruto da sistematização de experiências intra e intersetoriais idealizadas, construídas e promovidas pela Escola Nacional Pop Rua (ENPR), instância voltada à formação e educação dentro do Colaboratório Nacional Pop Rua (CNPR).

A atuação da Escola Nacional Pop Rua tem como referência as práticas e premissas da educação popular, compreendendo que todos somos agentes de intervenção no mundo, inseridos na construção da realidade em que vivemos. Nesse sentido, as atividades propostas pela Escola buscam, de diferentes formas, promover espaços de troca para a reflexão sobre o contexto em que vivemos e sobre formas de atuação e intervenção.

O trabalho com a População em Situação de Rua (PSR) para nós é um campo de recriação da vida, de reconstituição de laços, de produção de autonomia e de resgate da história brasileira por meio do testemunho e luta cotidiana dos cidadãos que hoje se encontram em situação de rua.

Esperamos que este caderno seja mais uma ferramenta de apoio para aqueles que buscam construir espaços educativos de reflexão sobre as dinâmicas sociais brasileiras e sobre formas de organização comunitária para a transformação da realidade.

Boa leitura!

Colaboratório Nacional Pop Rua

O Colaboratório Nacional Pop Rua é um projeto de construção coletiva que surge a partir das discussões da **Frente Parlamentar Pop Rua**, da **Câmara Federal**, com participação de diversos movimentos sociais, com destaque para o **Movimento Nacional de População em Situação de Rua**, a **Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo)** e o **Núcleo de Direitos Humanos da PUC/PR**.

A partir das discussões da Frente Parlamentar Pop Rua, foi proposto um documento com um conjunto de propostas referentes ao acompanhamento e qualificação das políticas públicas para a população em situação de rua (PSR). Neste contexto, coube ao **Núcleo de Populações em Situações de Vulnerabilidade e Saúde Mental na Atenção Básica (NuPop Fiocruz Brasília)** construir a proposta final do Colaboratório, além de responsabilizar-se pelos processos de implementação e condução do projeto, tendo em vista a experiência e acúmulos do núcleo em atividades de ensino, pesquisa e extensão, em âmbito nacional - <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/nupop/>.

O Colaboratório Nacional Pop Rua tem como *objetivos*: **(1) construir e operar estratégias de acompanhamento das Políticas Públicas específicas para a população em situação de rua - PSR** (em âmbito nacional e regional); **(2) qualificar pessoas com trajetória de rua para a participação social**, fomentando e fortalecendo o controle social e; **(3) fomentar e apoiar estratégias de qualificação dos serviços e equipes que atuam com a PSR**.

O projeto conta com 4 (quatro) instâncias para a execução dos seus objetivos:

(1) **Colegiado Gestor** (responsável pela gestão do projeto);

(2) **Grupo de Pesquisa** (que sistematiza as informações levantadas pelo projeto);

(3) **Polos Descentralizados** (equipes volantes de 3 pessoas, que desempenham um papel estratégico de capilaridade e articulação territorial, funcionando como instâncias locais que permitem ao Colaboratório aproximar-se

das realidades regionais. Promovem também a qualificação de trabalhadores e gestores, o fortalecimento das práticas já existentes nos territórios e a troca de experiências entre diferentes regiões do país, atualmente atuando em 14 cidades: **Manaus/AM, Belém/PA, Salvador/BA, Fortaleza/CE, Natal/RN, Recife/PE, Maceió/AL, Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC** e;

(4) **Escola Nacional da População em Situação de Rua** (equipe de 7 pessoas, que atua de forma itinerante por todo o território nacional, dedicada à construção de conhecimento entre pares, ao fortalecimento da cidadania e à construção de direitos da PSR).

Em todas as instâncias do Colaboratório Nacional Pop Rua há a **participação de pessoas com trajetória de rua**, para que as questões e demandas trabalhadas pelo Colegiado Gestor, pelo Grupo de Pesquisa, pelos Polos Descentralizados e pela Escola Nacional Pop Rua possam receber a leitura e a perspectiva de pessoas que tiveram a experiência de passar pela situação de rua.

Desde 2023, o Colaboratório Nacional Pop Rua faz parte das ações do **Ministério de Direitos Humanos e Cidadania**, no **Plano Ruas Visíveis**, do Governo Federal, que organiza e direciona as ações de diferentes ministérios em relação às políticas públicas para a população em situação de rua.

Até **dezembro de 2025**, participaram de ações do Colaboratório Nacional Pop Rua mais de **30.000 pessoas (no período entre março de 2023 e dezembro de 2025)**, entre gestores, profissionais, movimentos sociais e pessoas em situação ou com trajetória de rua. As principais atividades do projeto são: **oficinas para qualificação dos processos de trabalho com trabalhadores e gestores locais** (Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social); **articulação com os Ministérios Públicos e com as Defensorias Públicas; articulação com as câmaras técnicas, comitês Pop Rua, câmaras legislativas; atividades de formação política para os movimentos sociais e para a sociedade civil organizada**; além do **mapeamento de boas práticas** para fomentar a troca de experiências entre os serviços, em âmbito nacional.

Lista de figuras

Figura	Descrição	Página
1	Instâncias de organização do Colaboratório	4
2	Fluxograma de solicitação de apoio de formação da Escola Nacional Pop Rua	8
3	Locais onde a Escola Nacional Pop Rua já esteve	9
4	Apresentação pelos olhos	25
5	Linha do tempo corporal	27
6	Objeto que me representa	28
7	Mapa de afetos	29
8	Roda do nome e do gesto	30
9	Reuniremos em roda	30
10	Essa é minha dança	31
11	Apresentação diferente	33
12	Oficina Linha do Tempo Pop Rua Jud Brasília, 2024	37
13	Oficina da Escola com trabalhadores em Recife - PE	42
14	Oficina da Escola com o Movimento Nacional Pop Rua, 2024	48
15	Oficina da Escola com o Terceiro Setor na Fiocruz Brasília, 2025	52
16	Oficina da Escola com Movimentos Sociais em Belo Horizonte - MG, 2025	55
17	Oficina da Escola Nacional Pop Rua em Florianópolis-SC, 2025	58
18	Oficina da Escola Nacional no Centro Pop Taguatinga-DF, 2025	61
19	Oficina da Escola Nacional no SEFRAS – Rio de Janeiro – RJ, 2024	65
20	Escola Nacional no Centro Pop DF, 2025	70
21	Escola Nacional em Belém - PA, 2025	74
22	Fortalecimento em Rede – Rio de Janeiro, 2024	78
23	Cartas do jogo “História de Lourdes”	85
24	Cartas do jogo “Caminhando com Maria”	86

Lista de siglas

Centro Pop	Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua
CIAMP Rua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua
CNPR	Colaboratório Nacional Pop Rua
CTO	Centro de Teatro do Oprimido
DDD	Programa de Extensão Universitária Direito, Discriminação e Diversidade, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
ENPR	Escola Nacional Pop Rua
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
LGBTQIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binários/es, "+" inclusão de outras definições
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
ONG	Organização não governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PSR	Pessoa em situação de rua
RD	Redução de Danos
SUS	Sistema Único de Saúde
Suas	Sistema Único de Assistência Social
SEFRAS	Serviço Franciscano de Solidariedade
SWOT	Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
TO	Teatro do Oprimido
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

1 INTRODUÇÃO	1
2 A ATUAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL	2
2.1 De onde viemos?	3
2.2 Quem somos?	5
2.3 Como a nossa equipe é composta?	6
2.4 Como é a nossa atuação na prática?	7
2.5 Onde a Escola PopRua já esteve?	9
3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO CADERNO	10
3.1 Educação Popular	11
4 ORIENTAÇÕES PARA O USO DO CADERNO	18
4.1 Preparação pessoal e metodológica	20
4.2 Organização do espaço e dos materiais	21
4.3 Condução das atividades	21
4.4 Pós-atividade	22
5 DINÂMICAS PARA OFICINAS	23
5.1 Dinâmica 1 – “Apresentação pelos olhos”	25
5.2 Dinâmica 2 - “Linha do Tempo Corporal”	27
5.3 Dinâmica 3 - “Objeto que me representa”	28
5.4 Dinâmica 4 - “Mapa de afetos”	29
5.5 Dinâmica 5 - “Roda do nome e do gesto”	30
5.6 Dinâmica 6 - “Reuniremos em roda”.	30
5.7 Dinâmica 7 - “Essa é a minha dança”	31
5.8 Dinâmica 8 - “Apresentação diferente”	33
6 ROTEIRO PARA OFICINAS	36
6.1. Oficina Linha do tempo - A história da rua e da luta por direitos	37
6.2. Oficina sobre Conselhos Participativos	42
6.3. Oficina sobre análise de conjuntura.	48
6.4. Oficina “Cartografando o trabalho com a PSR”	52
6.5. Oficina “O que falar, como falar, onde falar”	55
6.6. Oficina “O que nos une?”	58
6.7. Oficina sobre ofícios	61
6.8. Raça, Arte e Rua	65

6.9. Grupos de ajuda mútua - saúde mental	70
6.10. Redução de Danos: Caminhos de Cuidado nas Ruas	74
6.11. Fortalecimento em Rede	78
7 SUGESTÕES: OUTROS MATERIAIS E METODOLOGIAS DE FORMAÇÃO.	83
7.1 Jogos desenvolvidos pela Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama.	84
7.2 Cartilha "Formação de Ouvidores de Violações aos Direitos Humanos da População em Situação de Rua" — Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama	87
7.3 Cartilha "Formação e Informação: organização e direitos das pessoas em situação de rua" — Rede Rua e movimentos sociais	88
7.4. Como reunir e articular grupos e organizações diferentes em torno das pautas de poprua?	88
7.5 Grupo de trabalho de articulação política	91
8 REFERÊNCIAS	93
8.1 Referências complementares	98
9 ANEXOS	99
9.1 Materiais de apoio para as oficinas	100
9.2 Casos práticos hipotéticos	101

1 Introdução

As oficinas da Escola Nacional Pop Rua aqui apresentadas foram elaboradas para os principais públicos da Escola, População em Situação de Rua (PSR), militantes de movimentos sociais e voluntários ou trabalhadores que atuam com a PSR, mas não são propostas fechadas. Esperamos que as metodologias estimulem ideias e propostas de práticas educativas adaptadas de acordo com o acervo de cada grupo, contexto e território, podendo estimular, também, formações com outros grupos.

Este Caderno Metodológico inicia contando como a Escola Nacional Pop Rua está organizada hoje dentro do Colaboratório. Traz um panorama de como funciona o processo de elaboração das oficinas, desde a apresentação da demanda por parte dos diferentes atores do projeto até o percurso que a Escola fez nos diferentes territórios. Posteriormente, são apresentadas as perspectivas teóricas que sustentam o trabalho desenvolvido e que buscam, de diferentes formas, promover espaços de troca para reflexão sobre o contexto em que vivemos e sobre formas de atuação e intervenção.

Por fim, apresentamos orientações para a condução das oficinas, abordando aspectos relacionados à preparação pessoal dos facilitadores, organização do espaço físico, dicas sobre a condução da atividade e pós-atividade. Como parte da idealização das oficinas, são apresentadas propostas de dinâmicas para integração dos participantes e fortalecimento dos vínculos, parte essencial de todas as atividades que nos propomos a fazer.

Encerramos este material com dicas de outros materiais e metodologias de referência para o fortalecimento de espaços formativos com a população em situação de rua ou com profissionais que atuam com a população em situação de rua.

2 A ATUAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL



2.1 De onde viemos?

Este caderno metodológico é fruto das ações do projeto Colaboratório Nacional da População em Situação de Rua, da Fiocruz Brasília, cuja proposta central é fomentar e organizar a articulação, colaboração e participação de diferentes parceiros em nível nacional, priorizando o protagonismo de pessoas em situação de rua.

A iniciativa busca promover trocas entre organizações e sujeitos envolvidos na construção e monitoramento de políticas públicas, fortalecendo os espaços de participação social e valorizando o saber produzido na experiência vivida. Entre os objetivos específicos do projeto, destacam-se: (i) a construção de estratégias de acompanhamento das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua em diferentes níveis federativos; (ii) a qualificação da formação política de pessoas em situação de rua, ampliando sua participação ativa nos processos decisórios; e (iii) o fomento à qualificação de serviços, equipes e políticas públicas, a partir do diagnóstico de práticas, sistematização de experiências e diálogo entre contextos locais diversos.

Para atingir esses objetivos, o projeto se estrutura em diferentes núcleos, com funções complementares. O Colegiado Gestor é responsável pela coordenação geral, planejamento estratégico, comunicação e produção de materiais informativos. Os Polos Descentralizados volantes atuam em nível local, acompanhando e sistematizando ações e políticas públicas para a população em situação de rua, promovendo formações e identificando boas práticas e desafios. Os Polos estão presentes em treze capitais dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e no Distrito Federal, abrangendo todas as regiões do país.

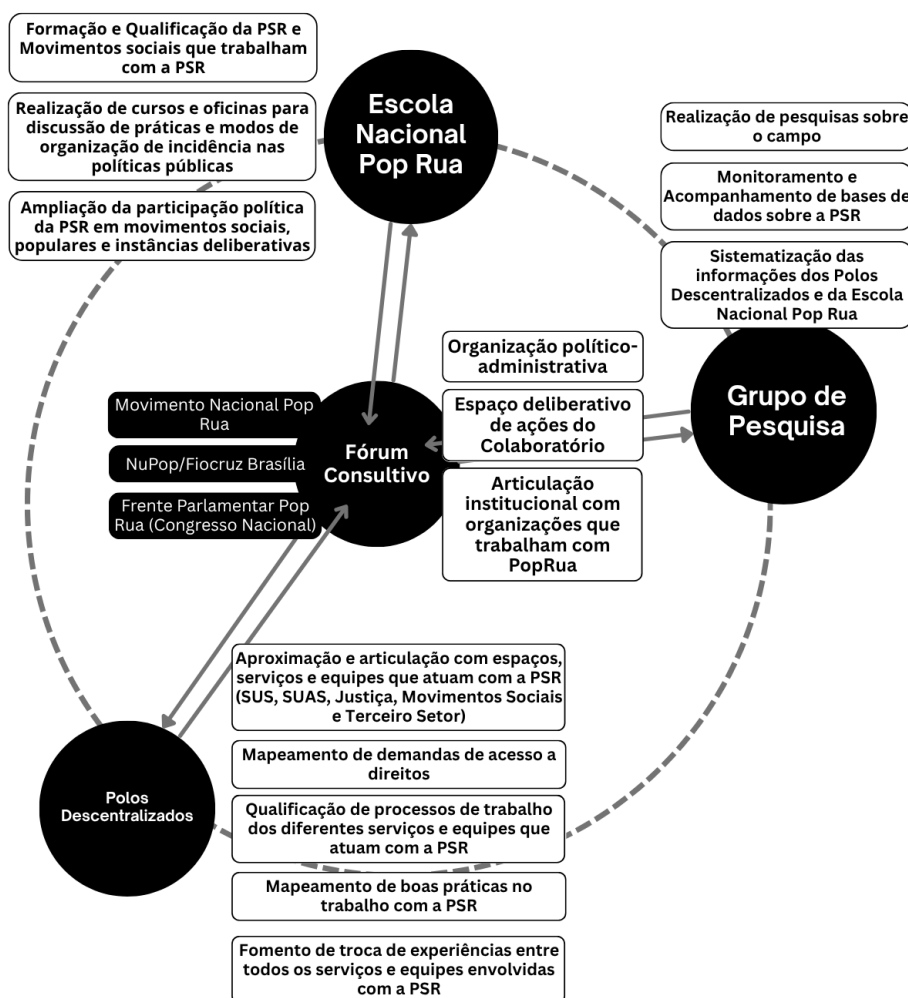
A Escola Nacional Pop Rua tem como função a elaboração e divulgação de materiais didáticos e a realização de oficinas e cursos, além de promover processos de mobilização social. Já o Grupo de Pesquisa é incumbido da análise dos dados produzidos, sistematização dos achados dos Polos, desenvolvimento de propostas de pesquisa e elaboração de diagnósticos.

O CNPR é um projeto que dialoga com a necessidade de acompanhamento e qualificação, em âmbito nacional, de políticas públicas específicas para a PSR, a partir de uma visão integrada com os movimentos sociais. Idealizado por um conjunto de

organizações e movimentos sociais que atuam na pauta, o projeto teve início em 2023, na Fiocruz Brasília, sendo vinculado ao Núcleo de Populações em Situações de Vulnerabilidade e Saúde Mental na Atenção Básica (NuPop) e financiado por emendas parlamentares federais e estaduais e pelo Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC).

A figura 1 (abaixo) apresenta de forma gráfica as atribuições de cada uma das instâncias do Colaboratório e suas relações de interdependência e horizontalidade:

Figura 1 - Instâncias de organização do Colaboratório Pop Rua



Fonte: Os autores.

2.2 Quem somos?

Somos a Escola Nacional Pop Rua!

Dentro do Colaboratório Nacional, somos responsáveis por qualificar e promover a troca de experiências com entidades e representações da sociedade civil, principalmente pessoas com/em trajetória de rua, sobre temáticas de interesse dessa população. Os processos de qualificação se dão por meio de realização de oficinas, troca entre pares, formações, rodas de conversa, teatro do oprimido, entre outros formatos educacionais.

A compreensão da Escola sobre os processos de saúde, proteção social, cidadania e direitos humanos se dá a partir dos conhecimentos populares, comunitários e tradicionais, entendendo que, em nosso país, o processo histórico de composição da população em situação de rua se deu através do avanço da urbanização com o fim dos processos de colonização e escravização, substituídos pelo empobrecimento econômico, a criminalização e a institucionalização do racismo na estrutura estatal¹. A consequência, nos dias de hoje, é uma PSR 68% negra - especificamente 51% parda e 17% preta, segundo os dados do Cadastro Único^{2,3} - o que nos aponta que a história de fragilização de laços, o desemprego, a pobreza extrema, o sofrimento psíquico e o abuso de substâncias psicoativas se construíram enquanto destino social para este grupo populacional. Por isso, o resgate da cultura negra e a valorização dos valores africanos, com consciência crítica e compreensão das determinações sociais da PSR, é um caminho de reinserção desse grupo na sociedade.

¹ OLIVEIRA, L. H. S. Vivências negras: trabalhando com a ausência depois da abolição. **Diálogos Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 14, n. 3, p. 557-577, 2010.

² BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **População em Situação de Rua: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal**. Brasília: MDHC, 2023.

³ NATALINO, M. A. C. A população em situação de rua nos números do Cadastro Único. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, p. 57, 2024. (Texto para Discussão, n. 2944).

2.3 Como a nossa equipe é composta?

A Escola conta com uma equipe composta por sete profissionais, distribuídos em uma coordenadora técnica, três conteudistas/professores e três articuladores(as) com trajetória de rua.

A coordenadora técnica é responsável pela organização geral da Escola, articulação e participação em reuniões com o Colegiado Gestor e a PSR, além do planejamento e execução bimestral das estratégias de qualificação e do apoio na produção de materiais pedagógicos.

Os conteudistas/professores atuam no levantamento e organização de conteúdos pedagógicos a partir das necessidades de formação identificadas na ministração de aulas e oficinas para a PSR e movimentos sociais, no apoio às reuniões internas e com a PSR, na proposição e desenvolvimento de estratégias bimestrais de qualificação política e na elaboração de materiais pedagógicos.

Já os articuladores e articuladoras com trajetória de rua são responsáveis pela mobilização da PSR e de organizações da sociedade civil para as ações pedagógicas, proposição de temas a serem trabalhados pela Escola, apoio às aulas, oficinas e à organização dos conteúdos pedagógicos, participação nas reuniões da Escola e da PSR, colaboração na execução das estratégias bimestrais de qualificação política e apoio na produção de materiais.

2.4 Como é a nossa atuação na prática?

A Escola desenvolve oficinas, rodas de conversa e outras dinâmicas, que abordam temas de formação para o cuidado em saúde, para a promoção de direitos e para a articulação e atuação política territorializada.

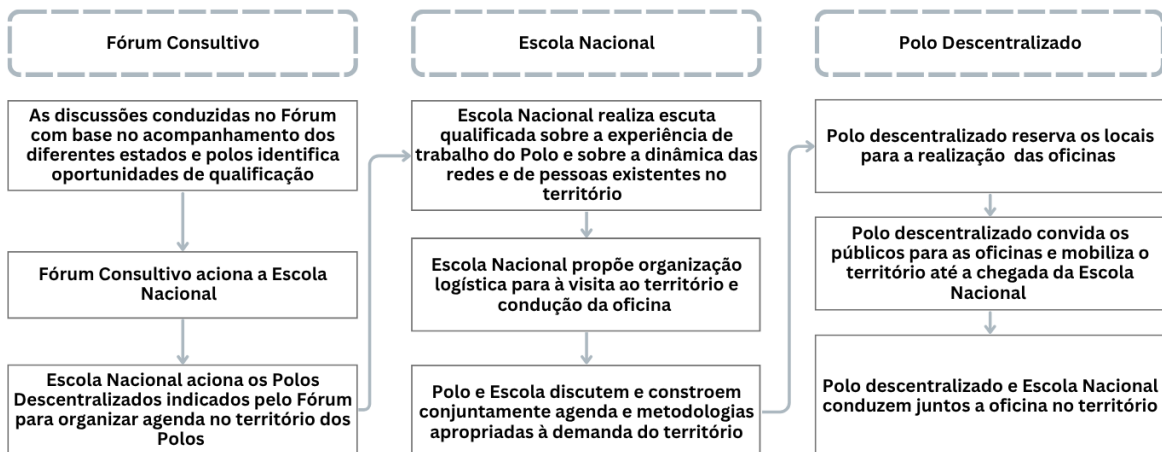
A atuação da Escola é itinerante. Ela se desloca para diferentes territórios, para realizar atividades de formação, e funciona na lógica do Apoio Institucional, lógica pensada para participação social e produção de democracia⁴. Para realizar essas atividades, contamos com o apoio dos Polos Descentralizados, que estão inseridos nos territórios em que estão presentes e conhecem as potências e desafios de cada local com maior profundidade. A Escola recebe demandas de oficinas dessas equipes ou de outros atores das redes de cuidados com a PSR por meio da escuta das equipes e a familiarização com o contexto e com as demandas dos atores de cada local.

A partir desse diálogo, a Escola busca construir, em conjunto com os Polos Descentralizados, uma agenda que dialogue e forneça ferramentas de articulação intersetorial entre a população em situação de rua, os movimentos sociais e de instituições que atuam com as pessoas em situação de rua, bem como servidores públicos da rede de cuidados, que já são parte do público de trabalho das equipes descentralizadas. Após processos de adaptação das formações da Escola às especificidades locais, ela vai ao território realizar esses encontros, que duram entre dois e três dias, contando com momentos para cada público e momentos para o encontro de dois ou mais públicos de trabalho da Escola, visando a fortalecer processos intersetoriais de cuidado para a PSR.

Esse processo de apoio institucional pode ser melhor visualizado a partir da Figura 2, que demonstra um fluxo de organização da Escola dentro das estruturas do Colaboratório.

⁴ BRITO, C. DA S. et al. Apoio institucional na Atenção Primária em Saúde no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1377–1388, 022.

Figura 2 - Fluxograma de solicitação de apoio de formação da Escola Nacional Pop Rua.



Fonte: Os autores.

2.5 Onde a Escola Pop Rua já esteve?

Figura 3 – Locais onde a Escola Nacional Pop Rua já esteve



Fonte: Os autores.

Desde sua origem, em 2023, a Escola Nacional Pop Rua já desenvolveu atividades no Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Ceará, sempre articuladas com os Polos Descentralizados volantes do Colaboratório Nacional Pop Rua, de cada região.

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO CADERNO



3.1 Educação Popular

Apresentamos brevemente que a educação popular é um dos pilares da atuação da Escola, sendo transversal às concepções e construções de nossas oficinas.

Torna-se necessário compreender de forma mais profunda esse conceito e o que fundamenta essa perspectiva. A educação popular é um movimento que se consolida nos anos 30 e ganha proeminência no período da redemocratização⁵. Essa proposta apresenta uma crítica radical à educação formal tradicional, que considera os educandos como ignorantes, sendo necessária a intervenção do professor enquanto aquele que sabe. A educação tradicional é apontada como reprodutora das desigualdades, uma vez que apresenta ao educando uma alienação em relação ao próprio saber, ao mesmo passo em que privilegia noções e saberes próprios de classes dominantes, visualizando os sujeitos que não participam desse universo como incapazes⁶.

Assim, a educação popular provoca um deslocamento do processo de ensino, trazendo para o centro os saberes das próprias pessoas e suas realidades⁷, considerando as diversidades próprias de classes não dominantes. Ao invés de ocupar uma posição de condução no processo de ensino, o educador, na educação popular, é um auxiliar no processo de crítica e apropriação das pessoas sobre suas próprias realidades, sendo também ensinado pelos educandos sobre outros saberes:

A educação popular toma como ponto de partida os saberes prévios dos educandos. Esses saberes vão sendo construídos pelas pessoas à medida que elas vão seguindo seus caminhos de vida e são fundamentais para que consigam superar, em diversas ocasiões, situações de muita adversidade. A educação popular faz uma aposta pedagógica na ampliação progressiva da análise crítica da realidade por parte dos coletivos à proporção que eles sejam, por meio do exercício da participação popular, produtores de sua própria história⁸.

⁵ PALUDO, C. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Revista Contexto & Educação**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 35, n. 96, p. 219-238, 2015.

⁶ PEREIRA, G. G. da S.; SANTOS, S. C. M. dos. Teorizações sobre a função social e o sentido da escola pública de periferia na contemporaneidade: notas introdutórias. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 2, p. 731-746, 2022.

⁷ FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

⁸ GOMES, L. B.; MERHY, E. E. Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 1, p. 7-18, jan. 2011.

A educação popular se torna eixo fundamental encontrado no interior dos movimentos sociais, como nos movimentos sindicais, no movimento indigenista, nos movimentos urbanos de ocupação, do campo e da reforma agrária⁵. É ainda incorporada pela atenção à saúde, que se desdobra em um campo próprio de conhecimento conhecido como educação popular em Saúde. Tal matriz teórico-prática seria capaz de fortalecer a singularidade dos sujeitos e sua crítica em relação ao seu próprio processo de saúde-doença, reforçando seu pertencimento comunitário, construído melhores condições de saúde de forma individual e coletiva⁸.

Circularidade

Como discutido anteriormente, parte fundamental do trabalho da Escola está em reconhecer os valores africanos como centrais em um trabalho desenvolvido junto às pessoas em situação de rua, destacando sua importância no enfrentamento do racismo que confluíu na formação de nosso Estado e das desigualdades raciais e sociais presentes na construção das trajetórias de rua. Um dos valores é justamente o conceito de circularidade desenvolvido por Antônio Bispo dos Santos, pensador e liderança quilombola.

A circularidade, segundo Bispo⁹, é uma forma de organização da vida que valoriza os saberes ancestrais, a coletividade, a horizontalidade nas relações e o respeito aos ciclos naturais e sociais, considerando a complexidade dos territórios e das vivências dos povos tradicionais.

No trabalho da Escola, organizar-se por essa lógica significa, antes de tudo, reconhecer que as populações vulneráveis produzem saberes, estratégias de sobrevivência e formas de organização próprias, que podem e devem ser valorizados a partir da escuta ativa, da baixa exigência no cuidado e da qualificação desses conhecimentos enquanto caminhos para a autonomia e a saúde. Significa também adotar uma postura de parceria, em que profissionais e sujeitos atendidos compartilham responsabilidades e decisões, estabelecendo relações horizontais.

Território

⁹ BISPO, A. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: INCTI/UNB, 2015.

O território é um conceito múltiplo, ligado a diversas áreas de saber, como geografia, biologia, ciência política, antropologia. Tais diferentes concepções desse conceito ensejam diferentes leituras, seja uma leitura de posse, de lugar, de origem, como também de delimitação ou controle¹⁰.

O geógrafo negro Milton Santos¹¹, apresenta o território enquanto a apropriação da humanidade dos sistemas naturais, isto é, as relações políticas, culturais, econômicas de um certo povo em um dado momento histórico moldando o ambiente. O território passa a ser visto como transitório e referente aos sistemas político-sociais humanos, em que coexistem formas específicas de manipulação deste lugar.

Um dos teóricos que nos fundamenta no que definimos enquanto território é Bispo⁹, que o define mais do que um espaço físico: é um espaço de identidade, memória e resistência. No ambiente urbano, isso exige que as políticas públicas e ações sociais reconheçam os direitos achados na rua¹², a importância dos laços que as pessoas constroem com o lugar onde vivem, mesmo quando esses espaços são considerados “irregulares” pelo poder público. Apoiado no conceito de circularidade, Bispo⁹ nos convida a ver esses territórios como potentes, vivos e criativos, compreendendo a rua como espaço do encontro das diferenças, como território de cuidado e de ressignificação de trajetórias de vida.

Trabalho de base

A proposta do trabalho de base é ser uma abordagem de intervenção social que *“conjugue agitação e propaganda, com formação de militantes e trabalho organizativo, partindo das demandas do local (de trabalho ou moradia), mas concatenado a um projeto mais amplo, a um projeto de classe”*¹³. Essa forma de organização comunitária busca atuar de forma direta e profunda com as comunidades, valorizando o protagonismo das próprias pessoas que ali vivem, focando em fortalecer

¹⁰ FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 17, 2009.

¹¹ SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

¹² SOUSA, J. G. de. O Direito Achado na Rua: condições sociais e fundamentos teóricos. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 4, p. 2776-2817, 2019.

¹³ GASPAR, M. A. F. **A falta que faz a mística. Elementos para a retomada do trabalho de base nos movimentos populares**. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. (p.22)

e construir, junto à população, estratégias para a melhoria de suas condições de vida e a conquista de direitos.

Esse trabalho parte da realidade local, respeitando a cultura, as demandas e os saberes da comunidade. Envolve escuta ativa, construção coletiva, e busca sempre empoderar os indivíduos e grupos para que sejam protagonistas de suas próprias transformações. A compreensão do trabalho de base tem raízes em diferentes tradições e movimentos sociais, sendo fortemente influenciada por pensamentos de organização popular, movimentos sociais e práticas comunitárias, mas em sua origem, foi pensado com o objetivo permanente de formação de militantes capazes de formar outros militantes, de fortalecer a identidade coletiva em uma comunidade, e da criação de consciência de classe¹².

Na trajetória da Escola, percebemos a importância de que os trabalhos com a PSR aconteçam de forma contínua, com a maior previsibilidade possível e que tenhamos atividades de baixa exigência, o que também se ampara na literatura produzida neste campo de atuação e pesquisa¹⁴, garantindo que quem chegue se sinta pertencente e convidado a permanecer. As orientações que se seguirão aqui podem ser transmitidas em um formato roda de conversa, o importante é entender os objetivos e a história do trabalho de base no Brasil, para que junto ao coletivo que vocês desejam construir ou fortalecer, vocês encontrem ideias de como querem se organizar no território.

Além disso, foi perceptível em nossa experiência que em territórios em que há maior engajamento político das redes de cuidado à PSR, as políticas públicas funcionam melhor e há maior capacidade de resistir a retrocessos nos direitos da PSR, o que também se alinha com a compreensão de que a participação social é que garante a redistribuição de poder na sociedade¹⁵. Para isso é necessário fortalecer mecanismos de participação social dentro e fora do Estado, por isso pensamos em trazer algumas ideias sobre o trabalho de base tentando aplicar estes entendimentos ao contexto da PSR.

¹⁴ LOPES, L. E. (Org.). **Atenção integral à saúde de pessoas em situação de rua com ênfase nas equipes de consultórios na rua**: caderno de atividades. 2. ed. Rio de Janeiro: Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz, 2018. 320 p. il.

¹⁵ MISOZCKY, M. C. Gestão participativa em saúde: potencialidades e desafios para o aprofundamento da democracia. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 336–347, 2003.

Em nosso país, a situação de rua está relacionada à ausência de moradia e emprego e à fragilização de vínculos. Historicamente, o trabalho de base é uma forma de organizar a população trabalhadora em algum contexto, mas depois este termo foi estendido aos trabalhos de organização e incentivo à participação social em diversas instâncias, principalmente após os anos 2000, com a ascensão da esquerda ao poder representada pela eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, fato que alterou a forma organizativa de trabalhadores e militantes de outros campos de luta por direitos¹². Outras influências e correntes que constroem a concepção de organização comunitária e de democracia participativa - que nos ajudam a pensar em como construir trabalhos de base no contexto da PSR - são a Psicologia Comunitária e a educação popular, os Movimentos Negro, Feminista e LGBTQIAPN+ e os movimentos de base marxista de forma geral. Estes e outros diferentes grupos, ao longo da história brasileira, construíram o cenário das lutas populares que culminaram na efetivação de direitos para a população brasileira. O Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei de Cotas, os direitos trabalhistas, a Lei Maria da Penha, a Política Nacional para a População em Situação de Rua e outras importantes conquistas só foram possíveis a partir da organização popular, e o trabalho de base é um passo importante para que novos militantes sejam formados e tenham ferramentas de atuação para as melhorias sociais.

Mas, na prática, o que pode ser um Trabalho de Base hoje? Bem, a princípio, qualquer atividade que proporcione uma educação coletiva para as relações políticas no seu contexto, desde um café da manhã para as crianças, com conversas sobre temas importantes para o grupo, como fazia o Movimento dos Panteras Negras nos Estados Unidos, à época do *Apartheid*¹⁶, até a organização de uma passeata de rua para reivindicar algum direito violado. Mas algumas coisas são importantes de se pensar quando for organizar essa atividade.

Diante das diversas experiências com os movimentos sociais atuantes com a PSR, suas facilidades e desafios de organização, preparamos essa breve introdução ao que seria o trabalho de base, bem como algumas dicas de como organizar uma experiência como essa em seu território:

- Antes de tudo, responda: Qual é o objetivo deste trabalho? É possível que mais pessoas possam sair da situação de rua? É formar mais militantes informados sobre a história da PSR, seus direitos e lutas? É construir relações sobre a

¹⁶ FERREIRA, V.; FLEURY, J.; RAMOS, C. Neoliberalismo, condição periférica e os Panteras Negras: um breve estudo. **Revista Ensaio**, v. 19, p. 39–58, 2021.

situação de rua e o racismo no Brasil? Isso vai ser importante quando você for pensar nos grupos que deseja formar e em como convidar pessoas para essa atividade;

- Depois, você precisará entender mais sobre o território. Quem são os movimentos, grupos, igrejas, sindicatos e lideranças locais? Quais são os problemas específicos da PSR nesse território? Como é que podemos nos organizar para termos frequência nos nossos encontros? Sabemos que a PSR tem acesso limitado a telefones e internet, como é que podemos ter continuidade das atividades? Será possível contar com parceiros para ajudar na comunicação?
- Outra questão importante é que não existe movimento social de uma pessoa só, e menos ainda trabalho de base. Participação social e luta por direitos exigem que construamos verdadeiras relações de confiança com as pessoas que desejamos ter como parceiros, e essas relações acontecem através do tempo e dos trabalhos feitos em comunidade. Então construa suas redes de afinidade política, pensem sobre os princípios e formas de trabalho, e esteja aberto para ter todos os seus planos transformados pela força do coletivo. Às vezes temos ideias preconcebidas sobre como podemos mudar o mundo de forma infalível. Mas a realidade nos mostra que para vivermos em um mundo mais inclusivo temos que aprender, nós mesmos, a incluir, a escutar a diferença e aprender com ela. Para isso também é necessário participar da vida na cidade, ceder dos nossos planos individuais e aprender com outras experiências;
- Quando vocês já estiverem minimamente confiantes enquanto grupo, aí sim é o momento de começar a agir com mais foco nos objetivos. Este Caderno Metodológico é uma ferramenta de auxílio, que propõe uma série de ferramentas de formação e organização comunitária, e você pode contar com ele na construção do seu trabalho de base. As atividades podem ir desde rodas de conversa, cineclubes, grupos de estudo, momentos culturais, e o que mais a criatividade e as necessidades territoriais permitirem;
- Registrem o que fizerem. Registrar não necessariamente tem a ver com realizar postagens em redes sociais, mas em criar algum tipo de registro - pode ser um texto relatando a ação, um vídeo, uma poesia, um podcast, um fanzine, uma carta aberta - que possa ser guardado para que o próprio coletivo tenha formas de transmitir sua história para quem chega e co-criar a memória coletiva das lutas

por direitos de nosso país. Neusa Santos¹⁷, psicanalista negra, relembra que “*uma das formas de exercer autonomia é ter um discurso sobre si mesmo*”, pensando sobre o Ser Negro no Brasil, e hoje, em tempos de retomada dos horrores do processo de escravização e da ditadura militar, percebemos a importância do resgate da memória e história coletivas na superação dos desafios de humanização das populações perseguidas e violentadas em nosso país;

- Lembrem-se: o trabalho de base tem sempre um começo, mas nunca tem fim. Estabelecer um processo comunitário é trabalhar pelo seu território, construir relações mais cidadãs e participativas e promover autonomia organizativa para todo o coletivo. Nem sempre quem começa um trabalho de base fica nele para sempre, há muitas formas de se organizar politicamente. Mas um indicador de sucesso de um trabalho de base é quando ele pode continuar ou se transformar em outras coisas a partir da voz comunitária, e não só de uma liderança.

¹⁷ SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021. (p.45)

4 ORIENTAÇÕES PARA O USO DO CADERNO



“Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?”

Paulo Freire¹⁸

Neste capítulo, abordaremos os passos até a condução de uma oficina. Assim, serão apresentadas as premissas às quais o facilitador precisa estar atento, dicas com relação ao planejamento e, por fim, o que fazer após a aplicação.

Antes de tudo, é importante lembrar que toda prática educativa carrega uma dimensão ética e política, não sendo possível um posicionamento neutro. Nesse sentido, nosso ponto de partida é a radicalidade da esperança: acreditar que, mesmo diante das dificuldades, o mundo pode ser transformado⁷.

Dessa forma, propor espaços formativos nessa perspectiva requer que não esperemos repassar informações, mas criar um ambiente em que todos possam contribuir e se reconhecer como sujeitos de saberes e direitos, capazes de refletir sobre sua realidade e atuar para transformá-la. Essa premissa implica que o facilitador da oficina esteja disposto a criar um ambiente horizontal e aberto para a troca e o aprendizado coletivo.

Nesse sentido, quem facilitar oficinas e rodas de conversa propostas por esse caderno pode ter como referência as seguintes premissas, baseadas em nosso referencial teórico:

- Todos têm saberes válidos e importantes. A prática educativa deve reconhecer, valorizar e partir das experiências concretas de cada pessoa;
- O conhecimento não deve ser imposto, mas construído de forma coletiva, por meio do diálogo, da escuta ativa e da troca entre educador e participantes;
- É papel de quem facilita estimular a curiosidade e o pensamento crítico, priorizando provocar perguntas, e não apenas oferecer respostas;
- Deve haver um respeito profundo à autonomia e à identidade de cada participante. Isso significa, na prática, respeitar a diversidade, não forçar falas, respeitar o tempo de cada um e construir juntos os acordos de convivência e participação;

¹⁸ FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 47.

- A prática educativa exige uma postura de reflexão crítica permanente: estar sempre atento ao que está acontecendo, revisar métodos, escutar devolutivas, aprender com os erros e adaptar a proposta com sensibilidade e humildade.

Mais do que conduzir atividades, o papel de quem facilita é criar condições para que cada pessoa reconheça sua potência como sujeito da história. As oficinas não são apenas espaços de aprendizado, são também espaços de escuta, de fortalecimento de vínculos e de reinvenção das formas de resistência. Como orientação geral, vale sempre se perguntar: "O que estou propondo contribui para que as pessoas se reconheçam como agentes de transformação?", "Essa roda, essa oficina, respeita e reafirma o lugar de fala dos participantes?"

O aprendizado, a metodologia e a proposta de cada encontro variam muito de acordo com o contexto e do grupo que for atuar. Não há receita pronta, mas separamos algumas dicas práticas que podem ajudar os facilitadores a se prepararem para propor esses espaços.

4.1 Preparação pessoal e metodológica

- Estude o tema com antecedência, mas não se coloque como único detentor do saber. Esteja sempre aberto a novas reflexões e lembre-se de que a aprendizagem se fortalece com a troca;
- Esteja disposto a aprender com os participantes, a acolher dúvidas, estimular a curiosidade e a dizer "não sei" com honestidade, propondo buscar ou construir coletivamente as respostas;
- Busque propor perguntas orientadoras para a reflexão coletiva, evitando apenas apresentar dados ou respostas prontas;
- Esteja aberto a adaptar as metodologias pensadas a depender do engajamento do grupo, do contexto e do tempo das atividades;
- Busque propor encontros com até três horas e, sempre que possível, com um breve intervalo (sugerimos 10 a 15 minutos). Atividades mais longas podem causar mais dispersão entre os participantes.

4.2 Organização do espaço e dos materiais

- Chegue com antecedência (recomendamos trinta minutos) para preparar o ambiente e acolher as pessoas;
- Organize as cadeiras em círculo, favorecendo a horizontalidade e o encontro entre os olhares;
- Prepare com antecedência os materiais necessários e que pretende utilizar na atividade: instrumentos, equipamentos de som ou projetor, canetas, cartolinas, etc.;
- Especialmente quando o público for um grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade, busque algum apoio ou recurso para a oferta de lanche para os participantes;
- Mantenha cuidado com a limpeza e conservação do espaço.

4.3 Condução das atividades

- Proponha combinados coletivos logo no início (Contrato de Convivência): respeito à fala do outro mesmo se houver discordâncias, não interrupções, escuta ativa, formas de pedir a palavra (levantar a mão, por exemplo, sobretudo se a dinâmica envolver muitas etapas), ouvir atentamente antes de falar, usar linguagem respeitosa e evitar palavrões, não fazer brincadeiras ofensivas, manter a organização e a limpeza do ambiente, buscar soluções em conjunto e apresentar ideias e sugestões de forma construtiva;
- Em seguida, utilize dinâmicas de apresentação e de quebra-gelo para aproximar os participantes e fortalecer vínculos;
- Esteja atento à sua postura: fale com humildade, escute com atenção, evite interromper as falas, esteja presente e evite distrações como ficar no celular ou realizar conversas paralelas;
- Estimule a participação ativa: se o grupo for grande, proponha momentos de divisão em subgrupos para facilitar o diálogo e a aproximação;

- Evite conduzir a atividade sozinho: trabalhar em dupla ou trio ajuda no registro da oficina, na escuta atenta dos participantes e na organização das tarefas (por exemplo, servir lanche, registrar falas importantes, administrar imprevistos);
- Busque escutar mais do que falar: a escuta é um exercício de reconhecimento do outro como sujeito de direitos e saberes.

4.4 Pós-atividade

- Quando possível, proponha dinâmicas de encerramento. Essas dinâmicas ajudam a compreender como os participantes se sentiram sobre o encontro e a pensar em possíveis adaptações para futuros encontros;
- Reserve um tempo para refletir sobre o que aconteceu: o que deu certo? O que pode ser melhorado? Que aprendizados emergiram? O importante é estar aberto para adaptações;
- Realize uma avaliação breve "que bom, que pena e que tal", convidando as pessoas a enviarem mais comentários anonimamente ou se identificando no formulário de avaliação da oficina, e deixe os contatos à disposição¹⁹.
- Por fim, é importante lembrar que o aprendizado é contínuo e se consolida na prática. Não se desespere caso algo ocorra diferente do esperado. Cada evento e encontro traz aprendizados e reflexões importantes.
-

¹⁹ Nota: Para essa oficina também é interessante contar com uma pessoa para se responsabilizar pelo registro escrito das análises feitas no coletivo, em papel ou computador. Para melhor visualização, podem ser impressos mais de um mapa ou a utilização de um quadro ou parede como apoio para o mapa.

5 DINÂMICAS PARA OFICINAS



5 Dinâmicas para oficinas

Neste capítulo, vamos apresentar propostas de dinâmicas de aquecimento para o início das oficinas. Nem todo começo precisa ser falado; às vezes, é o corpo que chega primeiro, o olhar que toca, o silêncio que acolhe. As dinâmicas que propomos aqui não são apenas "quebra-gelo", elas são portas abertas para o encontro verdadeiro entre as pessoas, caminhos que ajudam a criar um ambiente mais leve, confiante e cheio de sentido.

Cada oficina, cada grupo, cada roda tem sua própria energia. Por isso, estas dinâmicas podem (e devem!) ser escolhidas de acordo com o objetivo da atividade e o perfil das pessoas participantes. Podem servir para começar, para aquecer, para escutar, para compartilhar ou até para encerrar um momento especial.

Você não precisa usar todas, mas cada uma delas foi pensada para acolher, incluir e valorizar quem está ali, seja trabalhador ou trabalhadora da ponta, estudante, gestor, pessoa em situação de rua ou qualquer outro corpo presente no território da atenção e do cuidado. Mais que atividades, elas são convites para criar confiança, fortalecer vínculos e construir coletivamente um espaço onde todas as vozes possam levantar-se, mesmo as que ainda não têm palavras.

Figura 4 – Apresentação pelos olhos



Fonte: Canva IA

5.1 Dinâmica 1 – “Apresentação pelos olhos”

Objetivo: Criar um espaço de acolhimento e escuta sensível, valorizando a singularidade de cada pessoa e promovendo o encontro humano profundo.

Descrição da atividade: Cada participante recebe um pedaço de papel e é convidado a escrever livremente como gostaria de se apresentar. Pode incluir informações profissionais, gostos pessoais (como uma música favorita), atividades que mais aprecia, sentimentos, lembranças ou pessoas importantes. A proposta é que a apresentação represente quem a pessoa sente que é, em sua inteireza. Com uma música ambiente suave tocando ao fundo durante toda a atividade, todos se levantam e começam a circular pelo espaço. O clima deve ser sereno, respeitoso e leve. Após algum tempo de circulação, o facilitador(a) dá um sinal discreto (como o toque de um sino, um gesto ou uma batida suave) para que cada participante se aproxime de outra pessoa. Sem falar, cada dupla troca os papéis silenciosamente e lê o que a outra pessoa escreveu. Depois da leitura, os dois se olham profundamente nos olhos, em silêncio, por cerca de trinta segundos a um minuto. Após esse momento, cumprimentam-se com um gesto sutil (como um toque no coração, um sorriso ou um aceno) e voltam a circular pelo espaço, repetindo o processo com outras pessoas até que o facilitador(a) sinalize o encerramento. A atividade pode terminar com uma roda de partilha voluntária sobre como cada pessoa se sentiu.

Importância e sentido pedagógico: Essa dinâmica se ancora em princípios da educação popular²⁰, do Teatro do Oprimido²¹ e da escuta sensível e fenomenológica no campo da saúde coletiva e da educação crítica. O ato de ler em silêncio o que o outro escreveu e olhá-lo nos olhos é um gesto radical de acolhimento: escutar com os olhos e sentir com o corpo. É um modo de dizer "eu te vejo" em um mundo que muitas vezes apaga, marginaliza ou invisibiliza²². Para populações vulnerabilizadas, como pessoas em situação de rua, essa prática pode representar um marco simbólico: ser lido, ser olhado, ser reconhecido como sujeito. O estabelecimento de relações de afetividade está intimamente relacionado ao processo de aprendizado, sendo também capaz de mobilizar que as pessoas possam aprender umas com as outras²³.

Nota de Campo:

Essa dinâmica foi aplicada em diferentes oficinas da Escola Nacional Pop Rua, adaptada conforme o contexto e as pessoas presentes:

- Em Natal (RN), como não havia som ambiente disponível, a atividade foi conduzida de forma mais aberta e interativa. Cada pessoa segurava o próprio papel e, ao circular pelo grupo, lia sua apresentação em silêncio ou em voz baixa, criando conexões mais espontâneas. Não houve troca de papéis, mas sim trocas afetivas com todos do grupo, até que todas e todos tivessem se apresentado.
- Em Porto Alegre (RS), com um grupo maior e música ambiente, seguimos a proposta original, mas em ritmo mais dinâmico. Algumas pessoas relataram vergonha de olhar nos olhos. A proposta não forçou esse contato, mas convidou com cuidado: aos poucos, muitos se permitiram viver a experiência. Foi um momento potente, mesmo com os ajustes.
- Essas variações mostram a força da escuta sensível e da flexibilidade metodológica. A mesma proposta pode assumir diferentes formas e, em todas, a essência permanece: ver e ser visto com respeito.

²⁰ FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra: 1975.

²¹ BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

²² ROGERS, C. R. Uma maneira negligenciada de ser: a maneira empática. In: ROGERS, C. R.; ROSENBERG, R. (org.). **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU, 1997. p. 69-89.

²³ GAZZOTTI, D. **Afetividade, emoção e vínculo nas relações escolares**: uma perspectiva histórico-cultural. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Figura 5 – Linha do tempo corporal



Fonte: Canva IA

5.2 Dinâmica 2 - “Linha do Tempo Corporal”

Objetivo: Relembrar trajetórias e promover a escuta das histórias de vida.

Descrição da atividade: desenha-se uma linha do tempo - pode ser um campo imaginário ou marcado com fita crepe - representando o tempo de vida de cada participante da oficina. Em seguida, eles são convidados a caminhar sobre a linha e parar em momentos que simbolizam acontecimentos marcantes - positivos ou desafiadores. A cada parada, a pessoa pode compartilhar, se quiser, o que aquele ponto representa.

Importância e sentido pedagógico: narrar sobre si mesmo é um instrumento de subversão de uma ordem silenciadora de sujeitos vulnerabilizados, principalmente de sujeitos racializados negros²⁴ no Brasil. A dinâmica pretende mobilizar os sujeitos a se reconhecerem enquanto capazes de contar suas próprias histórias da forma como quiserem²⁵, ensejando o diálogo e extrapolando sua redução ou esquecimento produzido pelas relações de desigualdade de suas trajetórias. Essa premissa está intrinsecamente relacionada à noção entre discurso sobre si e autonomia que trouxemos anteriormente da obra de Neusa Santos¹⁶.

²⁴ EVARISTO, C. Escrivências da afro-brasilidade: história e memória. Belo Horizonte: **Releitura**, n. 23, 2008.

²⁵ ANDERSON, H. Algumas considerações sobre o convite ao diálogo. São Paulo: **Nova perspect. sist.**, v. 25, n. 56, p. 49-54, 2016.

Figura 6 – Objeto que me representa



Fonte: Canva IA

5.3 Dinâmica 3 - “Objeto que me representa”

Objetivo: Promover o autoconhecimento e o reconhecimento de singularidades.

Descrição da atividade: Cada pessoa escolhe um objeto de sua mochila, bolsa, do espaço em que esteja ou uma imagem oferecida pelo facilitador, que represente quem ela é ou algo importante em sua vida. Em roda, compartilhar com o grupo o porquê dessa escolha.

Importância e sentido pedagógico: a simbolização de quem se é por meio de objetos instiga o olhar criativo sobre si mesmo, reinventando novas percepções de si²⁶. O coletivo também é capaz de se reconhecer de outras formas, para além de preconceitos, estereótipos de primeiro contato, criando um ambiente acolhedor para o aprendizado.

²⁶ REIS, A. C. dos . Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo. Psicologia: **Ciência e Profissão**, v. 34, n. 1, p. 142–157, jan. 2014.

Figura 7 – Mapa de afetos



Fonte: Canva IA

5.4 Dinâmica 4 - “Mapa de afetos”

Objetivo: Fortalecer vínculos, sentimentos de pertencimento e reconhecer redes de apoio.

Descrição da atividade: Cada participante desenha em uma folha um mapa livre, com os nomes ou imagens de pessoas, lugares, lembranças ou instituições que lhe dão suporte social e afetivo. Depois, podem compartilhar em pequenos grupos ou em roda.

Importância e sentido pedagógico: o processo de desenho de mapa instiga os sujeitos a se apropriarem de seus territórios, representando suas identidades e culturas, narradas por eles mesmos. Esse processo é conceituado como Cartografia Social²⁷. A Cartografia Social é importante mobilizador de visibilidade de trajetórias não visualizadas pelo poder público e ressignifica olhares dos sujeitos sobre suas próprias territorialidades.

²⁷ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

Figura 8 – Roda do nome e do gesto



Fonte: Canva IA

5.5 Dinâmica 5 - “Roda do nome e do gesto”

Objetivo: Aprender os nomes dos participantes e favorecer o reconhecimento corporal.

Descrição da atividade: Em roda, cada pessoa diz seu nome e faz um gesto que a represente. Os demais repetem o nome e o gesto. A prática segue até todos se apresentarem.

Importância e sentido pedagógico: Essa atividade é uma técnica comum utilizada em oficinas de Teatro do Oprimido¹⁹ e práticas corporais grupais e tem por base valorizar o corpo como extensão da identidade dos sujeitos.

Figura 9 – Reuniremos em roda



Fonte: Canva IA

5.6 Dinâmica 6 - “Reuniremos em roda”

Objetivo: Aprender os nomes dos participantes e estimular a criatividade em relação à própria identidade.

Descrição da atividade: Cada pessoa diz o próprio nome e responde a uma pergunta simples começando com "Se eu fosse...". Quem começa responde e escolhe a próxima pessoa ou passa um objeto - bola, pedra, etc. Exemplo:

- Se eu fosse uma cor, seria o amarelo.
- Se eu fosse um lugar, seria uma calçada coberta.
- Se eu fosse um som, seria o da cidade na primeira sexta-feira do mês.
- Se eu fosse um alimento, seria a marmita do Centro Pop.

As respostas podem ser engraçadas, simbólicas ou poéticas. A dinâmica propõe dar espaço para cada pessoa se expressar como quiser.

Importância e sentido pedagógico: similar à dinâmica "objeto que me representa" a simbolização de quem se é através da imaginação instiga outros olhares sobre si²⁴. Esse processo também mobiliza o coletivo a se identificar em suas coletividades e aproximações.

Figura 10 – Essa é a minha dança



Fonte: Canva IA

5.7 Dinâmica 7 – “Essa é a minha dança”

Objetivo: Promover um momento de acolhimento expressivo, leve e conectado, estimulando a apresentação criativa por meio do corpo, fortalecendo os laços entre os participantes.

Descrição da atividade: Iniciaremos com uma atividade de boas-vindas em roda. Cada pessoa será convidada a se apresentar de forma diferente, usando o corpo para se expressar.

A pessoa vai até o centro da roda e diz em voz alta: "Meu nome é [fulano] e a minha dança é essa!"

Em seguida, faz um movimento com o corpo. Pode ser uma dança, um gesto, um passo, uma batida com os pés, um giro ou algo mais simples, como mexer os ombros ou levantar os braços.

Depois que a pessoa fizer seu movimento, todas as outras pessoas da roda repetirão juntas o gesto ou a dança que ela fez. Isso deixa a dinâmica ainda mais divertida, aproxima o grupo e valoriza cada apresentação. Logo após, a pessoa retorna ao seu lugar e escolhe quem será o próximo ou passa um objeto - bastão, lenço, bola, etc. - para o próximo se apresentar.

Não é preciso saber dançar, o importante é se permitir. Pode ser algo sério, engraçado, animado ou discreto, o que vale é o gesto ser verdadeiro. Se alguém se sentir desconfortável, pode fazer um gesto pequeno ou simbólico.

Importância e sentido pedagógico: Essa atividade ajuda cada pessoa a se apresentar de forma criativa, colocando o corpo como meio de expressão. O gesto dançado permite que a pessoa mostre um pouco de quem é, sem precisar explicar muito. A repetição do movimento pelo grupo reforça a ideia de acolhimento, respeito e atenção ao outro. É uma forma de dizer: "eu vejo você" com o corpo. Além disso, favorece o cuidado coletivo, a descontração e o fortalecimento dos vínculos entre participantes, algo essencial quando se trabalha com grupos diversos, como a PopRua.

Sugestões de uso e adaptações:

- Pode ser feita com música de fundo suave, batidas rítmicas ou até mesmo em silêncio.
- Os facilitadores devem começar a dinâmica, para encorajar o grupo.
- Se o grupo for grande ou o espaço pequeno, os movimentos podem ser feitos do próprio lugar, sem ir ao centro da roda.

- Pode-se usar um objeto que "passa de mão em mão" para indicar quem será o próximo a se apresentar.
- Ao final, o grupo pode repetir os nomes de todos juntos ou fazer uma "colagem" com os movimentos de todos, criando uma dança coletiva.

Figura 11 – Apresentação diferente



Fonte: Canva

5.8 Dinâmica 8 – “Apresentação diferente”

Objetivo: Estimular a interação entre os participantes, promovendo uma apresentação de cada um e de sua relação com o tema da oficina, através de uma vivência descontraída.

Descrição da atividade: Antes de iniciar a atividade, cada pessoa escreverá seu nome em um pequeno papel e colocará o mesmo dentro de um balão, que será inflado e amarrado. Em seguida, os balões serão soltos, no ar, no local da vivência. Cada pessoa irá sortear um balão aleatório, que conterà o nome de outro participante.

Após o sorteio, um dos facilitadores deverá estourar o balão que está segurando e ler o nome escrito no papel que foi inserido dentro dele. Em seguida, fará uma pergunta (que tenha relação com o tema da oficina) para a pessoa sorteada, E assim, sucessivamente, até que todos se apresentem de forma descontraída e implicada com a temática, no grupo.

Importância e sentido pedagógico: Essa atividade convoca a participação ativa dos participantes, introduzindo de forma colaborativa e interativa alguma proposta de oficina que acontecerá sem seguida. A dinâmica é interessante para ser usada em oficinas que abordem temas como intersectorialidade e trabalho em rede, por exemplo.

Sugestões de uso e adaptações:

- É importante, para essa dinâmica, obter informações prévias sobre o público que estará presente.
- Não é recomendada a utilização de balões com a indicação de estourá-los em contextos de oficinas que tenham pessoas com hipersensibilidade auditiva ou alguma forma de desconforto em relação a esse recurso. No caso, pode ser utilizada a mesma ideia acerca da interação entre pares, mas com sorteio de nomes disponibilizados em um cesto ou outro recipiente, sem que haja a necessidade de estourar balões.

6 ROTEIRO PARA OFICINAS



6 Roteiro para oficinas

Neste capítulo, apresentamos doze roteiros de oficinas sistematizadas pela Escola. Os roteiros incluem:

- o contexto em que foram idealizadas,
- o objetivo,
- o número de facilitadores;
- públicos sugeridos;
- os materiais sugeridos;
- a descrição da atividade;
- as possibilidades de adaptação,
- a prática da oficina na escola;
- dicas importantes para facilitar a oficina.

Por último, são apresentadas as referências que embasaram as construções de cada uma delas.

6.1. Oficina Linha do tempo - A história da rua e da luta por direitos

Figura 12 – Oficina Linha do Tempo no Pop Rua Jud Brasília (novembro/2024).



Fonte: Acervo da Escola e Cartoonify (Canva)

Contexto:

Essa atividade foi inspirada na oficina “Direitos das Pessoas em Situação de Rua”, desenhada pela pesquisadora Laura Salatino, com o apoio de estudantes da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, em São Paulo. Essa atividade propôs a construção de uma linha do tempo a partir de notícias de um jornal de grande circulação e de manchetes digitalizadas do jornal popular *O Trecheiro*²⁸. Ao conectarem suas memórias e vivências aos eventos noticiados, os participantes refletiram sobre o histórico de construção e luta por direitos das pessoas em situação de rua, analisando

²⁸ O jornal popular *O Trecheiro* é construído com e para a população em situação de rua e reposiciona o debate sobre a população em situação de rua. Suas edições foram restauradas e digitalizadas no projeto Memórias de Rua (Rodrigues et al, 2025).

conquistas, desafios e permanências, além de projetarem coletivamente os caminhos desejados para o futuro (Oficina..., 2024).

Inspirada nessa vivência, a Escola Nacional Pop Rua criou uma proposta parecida, pensando o cenário nacional. Foram feitos *cards* (cartões) com acontecimentos importantes da história da rua e da luta por direitos no Brasil, para ajudar a montar e discutir uma linha do tempo com as pessoas de cada cidade.

Esse tipo de proposta se conecta com a ideia da pesquisadora Maria Cecília Minayo, que diz que "toda escuta é também um ato de acolhimento e reconhecimento do outro"²⁹. Quando ouvimos de verdade, ajudamos a construir conhecimento junto com quem vive o dia a dia nas ruas.

Objetivo:

Criar um espaço de troca, escuta e aprendizado, onde cada pessoa possa conhecer mais sobre a história da rua, dos direitos e das lutas sociais no Brasil e se reconhecer como parte dessa história. A oficina convida cada um a se colocar na linha do tempo: como alguém que vive, sente, luta, aprende e transforma o mundo ao seu redor.

Número de facilitadores:

Para esta oficina, recomendam-se pelo menos três facilitadores.

Públicos sugeridos:

Pessoas em situação de rua, movimentos sociais, profissionais da rede pública e organizações que atuam com população vulnerabilizada.

Materiais sugeridos:

- Folhas impressas com imagens, datas e descrições de acontecimentos marcantes da história da População em Situação de Rua.
- Fita adesiva.

Descrição da atividade:

Durante a oficina, usamos os *cards* já preparados - folhas plastificadas em tamanho A4 - com imagens, datas e pequenas descrições de acontecimentos marcantes desde o período da abolição da escravidão até os dias de hoje. Os temas incluem lutas da população em situação de rua, criação de políticas públicas, momentos de repressão e de conquista. Com os participantes, organizamos esses *cards* em uma linha do tempo, no chão ou em uma parede, de forma coletiva. Cada

²⁹ QUEIROZ, M. de S.. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 8, n. 3, p. 342-344, jul. 1992.

pessoa pode falar sobre o que conhece, sente ou pensa sobre os acontecimentos apresentados. Se o grupo já tiver mais engajamento político ou histórico, as pessoas são convidadas a escolher um dos acontecimentos, ler e comentar:

- O que isso tem a ver com a sua história?
- Você já viveu algo parecido?
- Como isso te afeta hoje?

Se o grupo não estiver tão familiarizado com esses temas, o facilitador(a) pode ajudar com perguntas como:

- Você já conhecia esse fato?
- Já teve contato com essa política pública?

Para refletir sobre os processos de retrocessos ou de mobilização, pode ser interessante fazer perguntas como:

- Por que você acha que isso aconteceu?
- Quem fez isso acontecer?

No final da atividade, abrimos um momento para que cada pessoa diga o que gostaria de ver no futuro, quais mudanças, conquistas e/ou sonhos gostaria de colocar na linha do tempo.

Possibilidades de adaptação:

Essa oficina pode (e deve!) mudar de acordo com o lugar onde for feita. Cada território tem sua história, suas dores e suas resistências. Por isso, é muito importante que o facilitador ou facilitadora esteja com o ouvido atento e aberto ao que surgir na roda.

A dinâmica pode incluir também fatos locais:

- Momentos de luta da população em situação de rua na cidade ou região;
- Criação de leis municipais importantes;
- Ações da prefeitura ou da sociedade civil que impactaram a vida das pessoas;
- Retrocessos, violências, perdas de direitos.

Exemplo de adaptação:

O facilitador pode propor a criação de uma linha do tempo local, com ajuda dos participantes. Eles podem lembrar de momentos importantes que viveram no município ou no território, construindo juntos uma linha do tempo local.

É essencial garantir liberdade na condução da oficina: o papel do condutor é abrir caminhos, não forçar respostas. Quando as pessoas falam a partir da própria vivência, a oficina se fortalece.

Como foi a oficina na prática?

Essa oficina já foi realizada em diferentes lugares do Brasil, com cada território trazendo sua forma própria de construir e viver essa atividade. Destacamos duas experiências: Porto Alegre (RS) e Natal (RN).

Em Porto Alegre (RS), a oficina foi conduzida em duas etapas. Primeiro, usamos os *cards* com marcos históricos importantes, desde a abolição da escravidão, passando pela luta antimanicomial, a morte do indígena Galdino Jesus dos Santos em Brasília, entre outros acontecimentos importantes. A montagem da linha do tempo foi feita junto com os participantes, que refletiram e compartilharam vivências relacionadas a esses fatos.

Na segunda etapa, os participantes foram divididos em pequenos grupos e convidados a pensar e escrever sobre acontecimentos locais: avanços e retrocessos vividos no próprio território. Depois, esses registros foram colados na parede - de um lado, os avanços; do outro, os retrocessos. Com a linha do tempo montada, os participantes escreveram e apresentaram propostas de ação que dialogavam com o cenário mapeado.

Um desafio que surgiu foi o de deixar bem claro o objetivo da dinâmica. Nessa etapa, algumas pessoas colaram avanços e retrocessos na mesma folha, o que acabou dificultando a organização visual da atividade. Isso não atrapalhou o andamento da oficina, mas explicar com calma o que se espera é uma boa dica para quem for facilitar; se possível, usar cores diferentes ou espaços distintos para facilitar a visualização.

Já em Natal (RN), foi preciso adaptar a atividade. Logo no início, os participantes trouxeram muitas falas importantes e a oficina acabou se desenvolvendo a partir dessas partilhas. Isso mostrou como é importante dar espaço para a escuta. Ao mesmo tempo, aprendemos que o tempo precisa ser medido com cuidado para que todos possam participar igualmente.

Dessa vivência, surgiu a sugestão de uso de uma plaquinha ou aviso visual com o tempo de fala (por exemplo, três minutos), sinalizando quando o tempo está quase no fim, assim é possível garantir que todos tenham a oportunidade de falar, sem pressa, mas com equilíbrio.

Em Natal, não conseguimos realizar a segunda etapa da oficina -levantamento dos acontecimentos locais. Mesmo assim, muitos desses fatos surgiram naturalmente nas falas dos participantes, o que mostrou que a potência da atividade está muito mais no encontro e na escuta do que na rigidez da metodologia.

Dicas importantes para facilitar a oficina:

- Use materiais simples, como folhas de papel, cartolina, canetas e fita adesiva para colar os *cards* na parede ou no chão.
- É importante conhecer bem o espaço onde a oficina será realizada. Por exemplo, se for em um local aberto, vale pensar no vento, no sol forte ou em outras situações naturais que podem atrapalhar a montagem da linha do tempo ou o conforto dos participantes. Em Natal (RN), por exemplo, o vento forte acabou espalhando os *cards* no meio da atividade. Se for feita ao ar livre, levar fita adesiva extra ou pensar em formas de fixar melhor os materiais no chão ou em mesas.
- Fique atento(a) ao ritmo da oficina: algumas falas pedem mais tempo, outras podem ser mais objetivas; o mais importante é garantir que todo mundo se sinta ouvido e respeitado.

6.2 Oficina sobre Conselhos Participativos

Figura 13 – Oficina da Escola com trabalhadores em Recife-PE, 2025.



Fonte: Acervo da Escola e Cartoonify (Canva)

Contexto

Entre as diversas formas e ferramentas de luta dos movimentos sociais - realização de rodas de conversa e escuta, protestos, articulação com organizações sociais e fóruns, mobilização de órgãos de defesa de direitos (Defensoria Pública, Ministério Público, etc.) -, estão os Conselhos e Comitês participativos.

Há conselhos e comitês de diversos temas e estruturas, mas, em comum, podemos dizer que são inovações democráticas que têm como objetivo aproximar a sociedade civil dos espaços de construção e de monitoramento de políticas públicas³⁰.

³⁰ TEIXEIRA, L. R.; TEIXEIRA, M. A. C. Arquitetura da participação social no Brasil: um espaço em construção. **Revista iberoamericana de estudios municipales**, n. 20, p. 33-57, 2019.

Os conselhos e comitês têm reuniões periódicas e são compostos por representantes do governo e da sociedade civil, debatendo pautas relacionadas às políticas públicas.

Historicamente, diversos movimentos sociais, incluindo os movimentos da população em situação de rua, acompanham e atuam nesses espaços. No entanto, os participantes da sociedade civil e do governo possuem recursos financeiros e de mobilização diferentes, então a correlação de poder entre os diferentes participantes não necessariamente é equilibrada, sendo importante a mobilização criativa dos movimentos sociais³¹.

Uma das barreiras para a participação pode ser a própria linguagem e funcionamento desses espaços. Conselhos e comitês possuem uma organização e linguagem próprias: as reuniões seguem um "rito" próprio, suas atribuições são previstas em leis e/ou decretos, são regidos por "regimentos internos", seus encaminhamentos são formalizados por meio de "ofícios", são convocadas reuniões ordinárias, extraordinárias, grupos de trabalho, subcomitês, etc. Aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento, a organização, as atribuições e a linguagem específica desses espaços também pode fortalecer essa disputa e a participação da sociedade civil.

Nesse contexto, articuladores com trajetórias de rua integrantes do Colaboratório Nacional apresentaram à equipe da Escola a demanda por espaços formativos sobre os conselhos e comitês participativos. A presente proposta de oficina foi elaborada com o objetivo de atender a essa demanda, apresentada por pessoas que já têm contato com essas instituições, mas que buscam dedicar um tempo para compreender melhor como elas funcionam e refletir coletivamente sobre os desafios e potencialidades de articulação nesses espaços.

Objetivo

Proporcionar espaço para reflexão sobre o papel e funcionamento dos conselhos e comitês participativos e, especialmente, para a troca de experiências relacionadas à participação nesses espaços. Espera-se que a metodologia proposta possa contribuir para que os participantes reflitam sobre a própria participação, sobre os desafios e potencialidades dos comitês e conselhos, e pensem em conjunto propostas para a atuação prática na disputa por políticas públicas.

³¹ ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 15-46, 2018.

Número de facilitadores sugeridos

Essa oficina depende do número de público. A cada cinco pessoas presentes, recomenda-se a presença de um facilitador.

Público sugerido

Movimentos Sociais, instituições ou organizações com articulação política no território.

Materiais sugeridos

- Cartolina ou lousa.
- Canetões ou giz de quadro.
- Folhas impressas com casos práticos sobre conselhos participativos - anexados ao fim do Manual.

Descrição da atividade

Essa oficina é pensada em três etapas: (a) roda de conversa e apresentação sobre o que são conselhos e comitês participativos; (b) roda de conversa sobre desafios e potencialidades desses espaços; e (c) discussão de caso prático. Pode ser interessante fazer um intervalo curto de dez minutos em algum desses momentos, para que todos descansem e retornem com mais energia ou até mesmo dividir essa oficina em diferentes momentos e dias.

O que são conselhos e comitês participativos?

Inicie uma roda de conversa com o grupo para refletir sobre o que são os conselhos e comitês participativos. A ideia é que cada um traga para o grupo quais conselhos ou comitês conhece e o que sabe sobre cada um desses espaços, para que possam identificar o objetivo e a função de um conselho/comitê e o que cada um desses espaços têm em comum.³²

Algumas ideias de perguntas orientadoras:

- Para entender quais são: Alguém conhece ou já participou de algum comitê/conselho? Qual? Como ele é?
- Para entender o seu papel: Esse comitê/conselho surgiu como e quando? Qual é o papel desse comitê/conselho? O que é debatido lá? Ele decide sobre aplicação de dinheiro? O que pode e o que não pode ser feito por um conselho/comitê?

³² Anexo a este material incluímos um pequeno glossário de termos comuns nesses espaços, que pode servir de apoio.

- Para entender como participar: Como funcionam as reuniões? Quando e onde ocorrem? Quem participa ou quem pode ir para as reuniões? Quem pode falar? Quem pode votar? Quem coordena? Qual é o papel de um conselheiro? Como saber a pauta de uma reunião?
- Para entender o que têm em comum: O que os comitês/conselhos têm em comum?³³

Ao final, tente retomar, em uma fala, o que o grupo elencou, identificando as diferenças e os pontos em comum dos conselhos e comitês. Se achar interessante e estiver com um grupo maior de facilitadores, registre a fala dos participantes em cartolinas visíveis a todos, para que consigam fazer um mapa dos espaços de participação conhecidos pelo grupo.

Quais os desafios e potencialidades desses espaços?

Agora, conhecendo um pouco mais sobre o que são e para que servem os conselhos e comitês participativos, proponha ao grupo a reflexão sobre os desafios e potencialidades de participação nesses espaços, especialmente considerando o objetivo de luta por direitos.

- Quais estratégias já funcionaram? Como foi, na prática? Qual era o contexto? O que não funcionou bem? O que poderia ser feito de diferente? Quais são os desafios? Quais são as potencialidades?

Se possível, tente registrar as contribuições dos participantes em algum espaço grande e visível para todos, como uma cartolina ou lousa. Após, retome o que o grupo discutiu sobre o tema e proponha um pequeno intervalo.³⁴

³³ Nota: Os conselhos e comitês participativos têm uma grande diversidade de formatos: podem ser municipais, estaduais ou federais; podem discutir políticas específicas de um setor, como saúde ou assistência social, ou discutir políticas intersetoriais, como políticas para a população em situação de rua; podem votar e decidir sobre a aplicação do dinheiro público, ou apenas fazer recomendações; podem ser coordenados apenas por representantes do governo ou também por representantes da sociedade civil, etc. Em comum, esses espaços possuem reuniões periódicas com participação de representantes do governo e da sociedade civil, discutindo temas relacionados a direitos, políticas públicas, desafios da população, etc. No geral, conselheiros (ou participantes em geral) podem propor os temas (pautas) a serem debatidos nas reuniões. Por exemplo: caso tenha ocorrido o fechamento de um banheiro público, esse tema pode ser incluído como pauta no Ciamp Rua ou Comitê PopRua da região para que os participantes debatam em reunião e o conselho/comitê decida como vai atuar na pauta.

³⁴ Nota: Recomendamos que faça um pequeno intervalo após essa etapa da oficina, antes de iniciar a próxima parte. Se possível, aproveite o intervalo para redistribuir as cadeiras no espaço, criando rodas menores caso esteja participando um grupo grande - por exemplo, mais de dez pessoas. É importante que a quantidade de rodas seja menor ou igual ao número de facilitadores que conduzirão a oficina.

Discussão de caso hipotético

A proposta é discutir um caso, buscando imaginar o que pode ser feito na prática diante de situações complexas, mas também comuns, no contexto da mobilização social em espaços de participação.³⁵

Após redistribuir os participantes em grupos menores, proponha que cada grupo reflita sobre o caso, imaginando-se na situação proposta, precisando articular alguma atuação ou intervenção diante daquele contexto. Proponha que reflitam sobre como aquele caso prático poderia ser abordado em um conselho ou comitê participativo, qual tipo de encaminhamento o conselho poderia fazer sobre o caso - envio de ofício, recomendação do conselho participativo, visita a serviço, etc. Nessa etapa, a proposta é refletir sobre as potencialidades e os limites de atuação de um conselho participativo, mas também propor a troca de estratégias e a reflexão criativa sobre a atuação diante de cenários complexos. Muitas vezes, os participantes propõem estratégias de atuação que extrapolam o espaço dos conselhos, o que pode indicar limitações desses espaços participativos e potencialidades de articulações por outros caminhos.

Ao final, proponha que cada grupo - ou um ou dois representantes - apresente brevemente o que foi discutido com relação ao caso prático³⁶.

Ao final, sugerimos a condução de uma fala final da oficina retomando os pontos principais e agradecendo pelo tempo e espaço, como apresentado inicialmente.

Possibilidade de adaptação

Se for possível na sua realidade, pode ser interessante dividir essa oficina em dias diferentes, evitando cansaço dos participantes e contribuindo para encontros mais dinâmicos e participativos. Por exemplo, em um primeiro dia pode ser proposta uma roda de conversa sobre o que são os conselhos e comitês participativos, incluindo

³⁵ Nota: Anexas a este Manual temos algumas propostas de casos práticos elaborados a partir de experiências reais na participação e mobilização em espaços de participação social, mas fique livre para propor outras ideias a partir da sua experiência.

³⁶ Nota: Se preferir, você também pode propor a discussão de casos práticos a partir da experiência de cada participante. Aqueles que se sentirem confortáveis podem compartilhar com o grupo exemplos de dificuldades que enfrentou em comitês e conselhos participativos. O grupo pode discutir a partir desse caso, pensando em uma estratégia sobre o que poderia ser feito.

exemplos locais. Em um segundo dia, pode-se iniciar a reflexão prática sobre seus desafios e potencialidades, provocando a troca sobre experiências exitosas, desafios enfrentados e estratégias possíveis para lidar com as limitações desses espaços. Por fim, no terceiro encontro pode ser proposta a discussão sobre os casos práticos.

Como foi essa oficina na prática?

Essa proposta foi inicialmente aplicada, em maio de 2025, no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Organização Ilê Mulher, na cidade de Porto Alegre/RS. O público presente na oficina foi diverso, incluindo representantes do Movimento Nacional da População de Rua, servidores, trabalhadores de organizações da sociedade civil e pessoas em situação de rua não mobilizadas em movimentos sociais.

Dessa experiência, observamos que o tema da oficina aqui proposto pode não ser tão interessante para pessoas que possuam demandas urgentes e que ainda não tenham tido contato com conselhos e comitês participativos. Para esse público, pode ser mais valioso, primeiramente, criar rodas de conversa ou oficinas que abordem a luta por direitos de forma mais ampla, apresentando os comitês e conselhos como um dos diversos espaços para a luta por direitos.

Por outro lado, notamos a riqueza de se criar um espaço para que os participantes que já conhecem ou pretendem atuar nesses espaços possam discutir e refletir sobre a própria prática e sobre os desafios e potencialidades dos comitês e conselhos participativos. Houve uma grande troca entre os participantes sobre diferentes experiências, incluindo a perspectiva de representantes do governo e da sociedade civil. A partir da oficina, o grupo elencou desafios e potencialidades da participação e refletiu sobre a influência do contexto político mais amplo sobre esses espaços, inclusive discutindo sobre a necessidade de aliar a atuação nos conselhos e comitês a uma mobilização social ampla, para fortalecer o apoio às pautas e propostas.

6.3 Oficina sobre análise de conjuntura

Figura 14 – Oficina da Escola com o Movimento Nacional Pop Rua, 2024.



Fonte: Acervo da Escola e Cartoonify (Canva)

Contexto

Essa oficina foi baseada no livro de Herbert de Souza, o Betinho, um dos ativistas responsáveis pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida e um dos principais nomes associados à luta pela Reforma Agrária. Além disso, participou da resistência à ditadura militar brasileira, dos movimentos sociais de combate ao preconceito com portadores do vírus HIV e do *impeachment* do Presidente Fernando Collor. Para conhecer mais sobre a história de Betinho, você pode assistir ao filme "Betinho – A Esperança Equilibrada"³⁷.

A análise de conjuntura, contribuição feita por este militante mundialmente reconhecido, é uma ferramenta amplamente utilizada por movimentos sociais que

³⁷ O documentário que aborda a vida do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, foi lançado, em 2015, na plataforma GloboPlay.

lutam pela conquista de diversos direitos - moradia, tarifa zero no transporte público, soberania dos povos sobre a terra, reforma psiquiátrica e o fim dos manicômios, entre outros -, para organização de ações que provoquem mudanças, a partir das ruas, como território de conquista de direitos. No contexto da Escola, esta oficina serviu como ferramenta de formação interna, para entendermos como nos posicionarmos nos diversos contextos de lutas e redes de cuidados com a PSR, e serviu também como ferramenta formativa para movimentos sociais voltados para as lutas da PSR, auxiliando grupos com diversidade de pessoas a compreenderem melhor o cenário político que envolve as lutas por direitos e as estratégias de combate de violações.

A fim de melhor acompanhar os vários acontecimentos dentro de um território ou de articular cenários locais em um entendimento sobre um contexto mais amplo, Betinho de Souza³⁸ propôs um método de estudo "dos elementos da representação da vida" como em uma peça de teatro. A partir desse método, é possível analisar, a partir das contribuições do coletivo, uma situação política, uma conjuntura.

Seja nos espaços participativos, no cotidiano das ruas, no trabalho com as redes de atenção à saúde e assistência, na organização contra o desmonte de políticas públicas, compreendendo a relação entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais, entre outras coisas, este é um método "esqueleto", de organização de um grande número de informações, em um quadro em que seja possível articulá-las para produzir algum pensamento novo sobre os problemas "de sempre".

A função da análise de conjuntura é ampliar o olhar do coletivo sobre o que abarca a estratégia para lutar por um determinado objetivo dentro de um território. Com isso, é possível construir estratégias mais conscientes sobre os acontecimentos, os cenários, os atores, a relação de forças entre eles e a relação que existe entre o "agora" e o que é histórico e estrutural em uma determinada situação.

Objetivo

Auxiliar um determinado grupo ou coletivo a identificar contexto político, atores, relações de forças, cenários e possíveis estratégias de ação diante de uma determinada questão ou momento político.

Número de facilitadores

Pelo menos duas pessoas são necessárias para facilitar essa oficina: uma para conduzir o processo e outra para registrar falas e encaminhamentos coletivos.

³⁸ SOUZA, H.J. de. **Análise de Conjuntura**. 27a edição. Editora Vozes, 1984.

Públicos sugeridos

Movimentos sociais, instituições e organizações que atuam com a população em situação de rua. É importante que haja alguma afinidade e confiança política entre o(s) grupo (s) presente(s) na reunião de análise de conjuntura, pois a estratégia de resposta aos problemas será relacionada às trajetórias de atuação conhecidas pelos presentes.

Materiais sugeridos

- Folhas de papel ou cartolinas para registro de acontecimentos;
- Canetões;
- Fita adesiva.

Descrição da atividade

Em um primeiro momento, é importante pensar no que o coletivo gostaria de analisar e propor uma estratégia de ação. Um exemplo seria "Como o MNPR - DF pode aumentar sua capacidade de resposta aos despejos praticados pelo DF LEGAL?" ou "Como poderemos reagir à crise climática mundial pensando em proteger a vida e os direitos da PSR?". A partir dessa pergunta, seguiremos um roteiro mais específico de questões que ajudem a responder ao problema levantado. Cada pergunta deve ser respondida coletivamente antes de se passar para a próxima:

- a) Quais os **acontecimentos** mais antigos e mais recentes que nos levam a querer pensar sobre esse problema?
- b) Quais os **cenários** em que a disputa acontece?
- c) Quem são os **atores** dessa disputa?
- d) **Qual a relação de forças dos atores entre si e com os locais de disputa?**

Quem são os grupos aliados e opositores?

- e) Qual a **articulação** entre estrutura e conjuntura?
- f) Qual **estratégia coletiva** usaremos para responder a esse cenário? Quais as nossas chances de sucesso?

Esse roteiro serve para que possamos, a cada resposta, construir um quadro em que seja possível visualizar e pensar conjuntamente sobre a situação do coletivo diante dos desafios cotidianos que a luta oferece, desde relações interpessoais, perseguição policial e política até a situação climática mundial. A depender da conjuntura analisada, podemos refletir sobre vários níveis de profundidade de avaliação, pensando no tempo - passado, presente e futuro - e no espaço - questões locais, regionais, nacionais e mundiais.

A dinâmica da oficina é que cada participante possa ajudar a preencher os quadros/cartolinas de perguntas com seus conhecimentos, sejam eles provenientes do acompanhamento das notícias de jornais, sejam de uma conversa com camaradas de movimento, sejam de uma reunião com profissionais de saúde. É muito importante que todo participante se sinta convidado a contribuir, pois a participação na análise é o que garante que a estratégia a ser construída seja de fato feita a partir da avaliação coletiva.

A ocasião de considerar a relação de forças e a articulação é quando produzimos uma análise sobre a situação política daquele momento. É a partir do que conseguimos relacionar com o nosso objetivo que será possível determinar uma estratégia, que pode ser de curto, médio e longo prazo, e ser organizada a partir de várias territorialidades - local, regional, nacional, mundial.

a) Possibilidade de adaptação

Esta oficina pode ser adaptada para compreensão de contextos passados, para entender, por exemplo, como uma determinada vitória em torno dos direitos da PSR foi possível; É aceitável também realizá-la de forma virtual, com auxílio de ferramentas como o mural.co.

b) Como foi a oficina na prática?

Na ocasião da aplicação, utilizamos um quadro branco e pincéis, para elencar atores e cenários, em busca de responder à pergunta: "Como estabelecer boas relações de trabalho com a rede de cuidados e luta por direitos à PSR, considerando as diferenças políticas e de organização do trabalho com diferentes atores?". A equipe da Escola foi elencando atores que iam desde o nível federal - Presidência da República, Ministérios, movimentos sociais de base nacional -, passando pelo nível estadual - secretarias, governos estaduais, parlamentares -, até chegar na micropolítica - ONGs, movimentos sociais de base local, comerciantes, moradores domiciliados, a própria PSR, etc. -, tecendo relações entre os níveis e a forma de trabalho da Escola.

Uma das estratégias criadas a partir das relações encontradas e da nossa capacidade organizativa foi a produção deste Manual, material que pode auxiliar grupos e instâncias de vários tamanhos a organizarem ações de formação crítica e cuidados com e para a PSR baseadas em experiências realizadas em todo o país, pensadas para a valorização do direito achado na rua, das experiências locais exitosas, da troca de saberes e da possibilidade de adaptação a contextos específicos. A Escola, como projeto, deixa um material para futuras experiências de apoio institucional no contexto da atuação com a PSR.

c) Dicas importantes para facilitar a oficina:

Para essa oficina, é importante que os participantes se conheçam e tenham ou busquem construir ações em conjunto. É conveniente que o grupo atuante tenha afinidade na compreensão política sobre a situação de rua, bem como nos métodos de trabalho e organização política.

6.4 Oficina “Cartografando o trabalho com a PSR”

Figura 15 – Oficina da Escola com o Terceiro Setor, na Fiocruz Brasília, 2025.



Fonte: Acervo da Escola e Cartoonify (Canva)

Oficina inspirada no método de Mapas Falantes³⁹, adaptada para o contexto do trabalho intersetorial com a População em Situação de Rua. Essa oficina foi aplicada em Recife, com a rede intersetorial de servidores da saúde, assistência, movimentos sociais e organizações do terceiro setor. As reflexões produzidas nela integram um relatório conjuntural sobre as redes de cuidado à PSR no Recife.

Objetivo

Conhecer os aparelhos públicos de atenção à PSR; mapear a rede local de atenção à PSR; investigar a articulação intra e intersetorial; analisar as potências e desafios da rede de trabalho para e com a PSR no território.

Número de facilitadores

É importante que se conte com facilitadores que conheçam minimamente o território para auxiliar na mediação da oficina.

Públicos sugeridos

Pessoas em situação de rua, servidores do SUS, do Suas e da justiça brasileira, terceiro setor, movimentos sociais.

Materiais sugeridos

- Mapa do território - cidade, município, distrito, bairro - impresso em tamanho A3 ou A4, se possível indicando ao máximo os serviços de atenção à PSR presentes;

- Canetas coloridas;
- Tarjetas de papel;
- Fita adesiva.

Descrição da atividade

Após se apresentar, propor dinâmica, mais ou menos, lúdica de apresentação do grupo e fazer os acordos sobre a circulação da fala, apresente o mapa do território, com as seguintes perguntas:

- Quais são os caminhos que uma pessoa em situação de rua percorre pela cidade? Quais os meios de locomoção para fazer esses trajetos? Para responder a essa pergunta, usaremos a cor VERDE no mapa.
- Quais os lugares onde uma pessoa em situação de rua encontra cuidados/acessa direitos pela cidade? Quais tipos de cuidado e quais as regras para

³⁹ ESPÍNDOLA, B. C.; SABÓIA, V. M.; MACEDO, R. A. **Mapa falante como instrumento de produção de dados na pesquisa qualitativa**. Research, Society and Development, v. 9, n. 7, e882974883, 2020.

ter acesso a esses cuidados? Para responder a essa pergunta, usaremos a cor AZUL no mapa.

- Quais os lugares em que o cuidado é mais difícil para uma pessoa em situação de rua? Quais são as dificuldades nesses territórios? Para responder a essa pergunta, usaremos no mapa a cor vermelha.

A partir daí, a tarefa é circular a palavra entre as pessoas, que podem ir marcando no mapa suas respostas ou irem respondendo enquanto um dos facilitadores vai fazendo as marcações. Enquanto isso, outro(a) facilitador(a) pode sintetizar, nas tarjetas, as respostas sobre dificuldades e características do cuidado e fixar ao lado do mapa, como uma legenda, contendo o nome do lugar ou trajeto, o que se encontra lá e de que forma, a partir das informações dadas por quem está falando. Depois que todas as pessoas contribuírem, convide o grupo todo para observar o resultado do mapa e abra para comentários, sugerindo alguns pontos de conversa, como:

- Entre os locais de cuidado, com quais temos relação? São boas ou ruins? Haveria algum espaço para realizarmos, em parceria, ações de cuidado e politização com a PSR?

- Quais os lugares com menor oferta de cuidados e acesso a direitos na nossa cidade? Qual o olhar da comunidade ou do Estado para esses locais?

- Como perceber os caminhos da PSR na cidade afeta o seu entendimento dela?

Depois de circular mais um pouco a palavra, pensando nessas questões, usando tarjetas se necessário, encaminhe um fechamento da oficina comentando brevemente sobre o direito à cidade, à rua, como espaço de transformação contínua - a PSR, como grupo, conhece muito bem as ruas, mas nem sempre pode desfrutar das coisas boas que elas oferecem. Conhecer o território abre possibilidades de trabalho, organização e melhorias para as condições de quem hoje vive nas ruas.

Possibilidades de adaptação

Os mapas não precisam ser impressos necessariamente. Pode-se usar a imaginação do grupo para construir mapas da cidade com materiais diversos, usando desenho, colagem, pintura etc. Também é possível realizar essa oficina virtualmente, com auxílio de *softwares* de cartografia. Em grupos muito grandes, é possível pensar em um porta-voz que fale de cada região da cidade, pois a circulação da fala entre muitas pessoas pode tornar a oficina muito longa.

Como foi a oficina na prática?

Na prática, realizamos essa oficina com um público de mais de sessenta pessoas, o que a tornou um tanto quanto demorada e cansativa. Isso mostrou o engajamento das redes no território, mas também nos levou a refletir sobre como podemos melhorar a experiência da oficina com públicos maiores, pois, quanto mais estivermos com uma rede ativa e integrada, mais teremos que lidar com situações como essa.

Dicas importantes para facilitar a oficina

Espaço suficiente para que se possa trabalhar em grupos menores, com uso de materiais artísticos e que seja possível conversar.

6.5 Oficina “O que falar, como falar, onde falar”

“Falar é um ato político.”

Grada Kilomba

Figura 16 – Oficina da Escola com Movimentos Sociais em Belo Horizonte, 2025.



Fonte: Acervo da Escola e Cartoonify (Canva)

Contexto

A fala, como estratégia de pronúncia, envolve saber de onde estamos falando, com quem, o que nos norteia, e como falar. A escuta é importante para a reflexão, para o aprendizado e para a construção coletiva.

Nesse sentido, essa oficina foi elaborada pelo articulador Samuel Rodrigues, integrante da Escola, para uma formação interna da equipe da Escola Nacional PopRua. O objetivo foi propor a reflexão sobre a importância do diálogo entre a equipe e sobre a importância do posicionamento e da adaptação desse posicionamento nos diferentes espaços.

Objetivo

Refletir sobre como se posicionar por meio da fala nos diferentes espaços de diálogos, pensando caminhos para a comunicação e refletindo sobre o que se constrói com a fala e com a escuta.

Número de facilitadores

A cada cinco participantes, é recomendado, pelo menos, um facilitador.

Públicos sugeridos

Movimentos sociais.

Materiais sugeridos

- Folhas de papel em quantidade suficiente para grupos de trabalho de cerca de cinco pessoas;
- Canetas para escrita;

Descrição da atividade

Apresente o objetivo da oficina e proponha a organização dos participantes em grupos de trabalho. Convide cada grupo a trabalhar sobre as seguintes perguntas norteadoras:

- Qual o sentido da fala e a sua importância?
- O que dizer?
- Como dizer?
- Quando dizer?
- Como lidar com críticas x ofensas?
- Como lidar com elogios x bajulações?

- Que dica você daria para alguém que vai participar de uma oficina ou roda de conversa?

Depois, peça que cada grupo, ou um ou dois de seus representantes, apresente aos demais as respostas que elaboraram para cada pergunta.

Em seguida, proponha uma roda de conversa para que o grupo como um todo dialogue sobre o que foi discutido. Proponha a reflexão sobre a importância da escuta na comunicação.

Possibilidades de adaptação

Esta oficina ainda não foi adaptada.

Como foi essa oficina na prática?

A oficina foi aplicada em formação interna da Escola Nacional PopRua e proporcionou um potente ambiente de troca. Refletimos sobre a importância da escuta para a comunicação e sobre a importância de adaptação da fala aos diferentes contextos para que consigamos ser também escutados.

Refletimos sobre como a fala em um ato pode e deve ser diferente da fala em uma audiência pública. Além disso, observamos a importância do cuidado com o nosso posicionamento quando ocupamos diferentes papéis. Quando estamos como integrantes da Escola Nacional PopRua, vestindo a camisa da Escola, o que falamos pode influenciar nesse projeto e ser percebido como um posicionamento da Escola. Em paralelo, quando estamos em algum espaço usando a camisa e representando um determinado movimento social, a nossa fala será percebida como o posicionamento do movimento, não apenas como um posicionamento individual.

Essa troca foi importante para refletirmos sobre o valor da escuta e sobre a importância da adaptação na forma de falar e de se posicionar a depender do contexto.

Dicas importantes para facilitar a oficina

Ficar atento ao tempo de fala dos participantes é importante para que a oficina possa ser concluída com a garantia de que todos que quiseram falar foram ouvidos.

6.6 Oficina “O que nos une?”

Figura 17 – Oficina da Escola Nacional com a Pop Rua em Florianópolis, 2025.



Fonte: Acervo da Escola e Cartoonify (Canva)

Contexto

Essa oficina foi desenhada para atender a uma demanda de movimentos sociais que estavam enfrentando dificuldade de atuação conjunta em razão de conflitos dentro do território e de organização interna. A Escola não tem como princípio de trabalho a mediação de conflitos, mas percebemos que esta seria uma oportunidade de trabalhar com a educação popular para a produção dos comuns. A organização coletiva a partir dos comuns - que nem sempre aparecem com este nome - é uma forma de reação e sobrevivência à capitalização da vida, representada pela privatização e mercantilização de direitos para comporem o corpo de “serviços ofertados” pelo setor privado, baseados no lucro e não na garantia democrática de

cidadania^{40, 41}, o que gera uma série de barreiras de acesso às populações vulnerabilizadas de nosso país.

Na linguagem dos movimentos sociais, os comuns também dizem respeito a um tipo de organização que pensa os espaços urbanos, os sistemas de educação e saúde, a produção de cultura e lazer e tudo que diga respeito ao usufruto do espaço público de forma a se defender do processo de apropriação da rua e da cidade que culmina em ataques aos setores populares da sociedade, aumenta a violência e a pobreza urbanas e dificulta a organização comunitária⁴².

Objetivo

Diante dos desafios estruturais da organização coletiva, comunitária e comum nos espaços urbanos, essa oficina cria um espaço de escuta, diálogo e articulação entre diferentes tipos de pessoas e coletivos que atuam nos territórios, reconhecendo as lutas em comuns e elaborando estratégias de superação dos desafios compartilhados a partir das percepções dos envolvidos; fortalece as bandeiras compartilhadas e compreende como as diferenças se tornam potência na luta por direitos, que cada vez mais se pretende tão sistêmica quanto os desafios a serem superados.

Número de facilitadores

Pelo menos dois facilitadores e um relator.

Públicos sugeridos

Movimentos sociais de diversos setores de luta por direitos.

Materiais sugeridos

- Cartolina;
- Folhas de papel suficientes para os grupos de trabalho;
- Canetas suficientes para os grupos de trabalho registrarem.

Descrição da atividade

⁴⁰ FEDERICI, S. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, p. 320, 2022.

⁴¹ VERSIANI, I. V. L. **Lazer e comuns urbanos**: potencialidades para apropriação de espaços públicos na cidade. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2021.

⁴² ZIBECCHI, R. **Emancipación social, el comum y la democracia**: los movimientos frente al extractivismo. In: FERREIRA, A.; MATTOS, C. (Orgs.). Produção do espaço: emancipação social, o comum e a "verdadeira democracia". Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 99-107.

Essa oficina é pensada em três etapas:

- *Roda de conversa: o que nos une?*

Proponha ao grupo a reflexão sobre “o que nos une?”. A partir das respostas, busque identificar, junto com o grupo, as bandeiras de luta comum entre todos os movimentos sociais participantes. As respostas costumam ser diversas, como moradia, dignidade, trabalho, inclusão, contra o machismo, entre outras. Tente identificar, junto com o grupo, algumas das bandeiras mais concretas. Pode ser que nesse momento também surjam estratégias de organização dos grupos presentes, que podem ser parecidas ou não.

- *Quais são as estratégias possíveis?*

Após essa reflexão inicial, redistribua os participantes para a formação de grupos menores. Proponha que cada grupo reflita e apresente ao menos três estratégias de atuação na luta pelas bandeiras e objetivos comuns entre todos - o que podemos fazer para lutar por essa bandeira? Pode ser que nesse momento surjam desafios para a concretização das estratégias e será importante registrá-los também.

- *Roda de conversa: nossa atuação*

Nesse momento, a proposta é refletir sobre a importância da união para a luta pelos objetivos comuns. Após a partilha do que foi produzido nos grupos menores, conduza uma roda de conversa retomando a importância das bandeiras de luta apresentadas. Reforce a importância da luta coletiva em relação a pequenos atritos que possam surgir, compreendendo que, em um cenário onde os desafios são muitos, as diferenças organizativas e compreensivas são complementares e a postura de solidariedade entre as lutas é o que pode oferecer alguma chance de conquista de direitos. É importante reconhecer, não a partir de afinidades individuais, e sim através das visões organizativas coletivas no âmbito das diferenças, quem são os aliados e opositores na luta por direitos.

Como foi essa oficina na prática?

Essa oficina já foi aplicada em Recife e em Belo Horizonte. Nas duas ocasiões, contamos com a presença e a participação de diferentes organizações e movimentos sociais.

Com a reflexão dos participantes sobre a relevância da continuidade do trabalho de base para fortalecimento da luta por direitos e transformação social, a oficina proporcionou um importante momento de reflexão sobre a prática de atuação

dos movimentos sociais. Nesses dois locais, também foi citada como importante a solidariedade entre as lutas e movimentos sociais por meio da presença nas ações organizadas pelos parceiros de outros setores, da construção de ações coordenadas entre vários movimentos e do aprendizado com trajetórias diversas dos movimentos presentes.

6.7 Oficina sobre ofícios

Figura 18 – Oficina da Escola Nacional no Centro Pop Taguatinga, 2025.



Fonte: Acervo da Escola e Cartoonify (Canva)

Contexto

Os ofícios são um formato específico de comunicação oficial e formal utilizado por órgãos públicos e outras instituições. É por meio de ofícios que os conselhos e comitês participativos se comunicam com outras instituições, solicitam informações, realizam convites, formalizam denúncias etc. Também é um meio muito utilizado por

instituições como a Defensoria Pública, o Ministério Público e Secretarias para a comunicação formal.

Organizações não governamentais e movimentos sociais, como entidades, também podem comunicar-se com outras instituições por meio de ofícios. Mecanismos formais de comunicação podem ser estrategicamente utilizados por movimentos sociais para conferir maior legalidade a suas demandas e para o encaminhamento de reivindicações⁴³. Dominar a escrita de ofícios pode proporcionar maior autonomia para os movimentos e novas ferramentas de registro de denúncias e de comunicação.

Como os ofícios possuem uma estrutura específica⁴⁴, uma oficina prática pode contribuir com o aprendizado e domínio desse formato de comunicação. Essa proposta de oficina foi desenhada a partir da demanda apresentada por integrantes do MNPR de ter espaço formativo para aprimoramento da prática de escrita de ofícios.

Objetivo

Criar espaço formativo para a aprimoramento da prática da escrita de ofícios e criar banco de ofícios-base para servir de apoio ao movimento social ou instituição que seja público da oficina.⁴⁵

Número de facilitadores

Como a oficina propõe a formação de grupos de trabalho, recomenda-se um facilitador a cada cinco participantes.

Públicos sugeridos

Movimentos sociais.

Materiais sugeridos

- Projetor ou lousa ou cartolina para apresentação;
- Folhas de acordo com o número de grupos de trabalho propostos;

⁴³ CARLOS, E. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 84, p. 315–348, 2011.

⁴⁴ BRASIL. **Presidência da República**. Manual de Redação da Presidência da República. 3ª ed. Brasília: Presidência da República, 2018.

⁴⁵ Nota: A partir desta oficina, você pode auxiliar os participantes a criarem um banco de ofícios que possa servir de apoio ao movimento social. Os ofícios produzidos e corrigidos podem ser enviados aos movimentos para que salvem em alguma pasta física ou digital, para referência e consulta posterior.

- Canetas para registro.

Descrição das atividades

Inicie a atividade apresentando os objetivos da oficina. Posteriormente, conduza uma roda de conversa sobre a importância de ofícios na articulação dos movimentos sociais. Algumas perguntas orientadoras podem ser:

- O que são ofícios?
- Qual sua importância?
- Quando escrever?
- Como escrever?
- A quem enviar?

A partir dessa introdução, redistribua os participantes em grupos de trabalho menores, de três a cinco pessoas. Apresente a cada grupo temas e situações reais ou imaginárias para a escrita prática dos ofícios, tendo como base os exemplos discutidos na primeira etapa da oficina. Proponha que cada grupo redija conjuntamente um ofício de acordo com a situação apresentada.

Em seguida, apresente ao grupo, em um projetor, lousa ou cartolina - a estrutura básica de um ofício, um modelo-base.⁴⁶

Um ofício padrão contém:

- Cabeçalho: no topo da página, a logomarca da instituição/movimento e seu nome.
- Identificação: alinhado à esquerda o número do ofício, ano em que foi feito e instituição. Exemplo: "Ofício nº/2025/MNPR".
- Local e data: alinhado à direita o nome da cidade e data. Exemplo: "São Paulo, 10 de julho de 2025"
- Endereçamento: de forma semelhante a uma carta, a proposta aqui é indicar a quem você está enviando esse ofício, mas de forma formal. Exemplo: "Ao Senhor [nome], Coordenador do Comitê PopRua". Alinha-se à esquerda e se segue assim nos itens seguintes.

⁴⁶ Nota: A estrutura base de um ofício também pode ser consultada no Manual de Redação da Presidência da República (Brasil, 2018), disponível no site do Planalto. Além disso, ferramentas de inteligência artificial podem ser de grande ajuda para o rascunho da estrutura base de um ofício ou para a correção de ortografia e gramática do texto! Se possível, apresente algumas dessas ferramentas ao grupo, indicando como podem ser utilizadas.

- Assunto: um resumo direto do tema do ofício. Exemplo: "Convite para participação no [nome do evento]" ou "Denúncia de ação de zeladoria urbana";
- Texto do documento: corpo da mensagem que se pretende passar. Ao descrever algum acontecimento, é importante informar data, local, horário e explicar o motivo do envio do ofício. No caso de denúncias, pode ser interessante incluir pedidos de informações, ações ou investigações.
- Fecho para comunicações: encerramento. Por exemplo: "Atenciosamente," ou "Respeitosamente,".
- Identificação: ao final, recomendamos que se insira novamente o nome do movimento/organização, uma forma de contato (por exemplo, *e-mail*) e, se possível, o nome do coordenador do coletivo.

Concluída a apresentação, ofereça aos grupos de trabalho, caso sintam necessidade, mais alguns minutos para que possam ajustar o ofício que tinham elaborado. Informe que cada grupo apresentará o que elaborou aos demais e fique disponível para orientar e tirar dúvidas, se for necessário.

Encerrado o tempo para ajustes, convide cada grupo a apresentar os resultados dos ofícios produzidos.

Possibilidades de adaptação

É possível apresentar ofícios prontos e discutir com base nos modelos. Nesse caso, auxilie os participantes a identificar que tipo o ofício é, se se trata de uma reivindicação, uma denúncia, uma solicitação. Provoque os participantes a pensar como eles reescreveriam os ofícios, de quais informações sentiram falta ou que não puderam compreender a partir do texto escrito.

Como foi a oficina na prática?

Essa oficina ainda não foi aplicada.

6.8 Raça, Arte e Rua

Figura 19 – Oficina da Escola Nacional no Sefras, Rio de Janeiro 2024.



Fonte: Acervo da Escola e Cartoonify (Canva)

Contexto

A oficina Raça, Arte e Rua foi pensada a partir de reuniões, por videoconferência, da Escola Nacional com organizações do terceiro setor que já atuam com a População em Situação de Rua no território do Rio de Janeiro. Nos encontros, foi identificada a demanda de fortalecer a cultura de respeito e superação de preconceitos contra essa população e apontar os enfrentamentos ao racismo no cotidiano local. A partir de diálogos com equipes da OSC Pretas Ruas, que atua em ações com o Polo RJ do Colaboratório Nacional Pop Rua, foi definida a temática, abordando-se a interseccionalidade⁴⁷ entre racismo estrutural, situação de rua e seus enfrentamentos, que podem abranger outras vulnerabilidades.

⁴⁷AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

Com o apoio de integrantes e apoiadores articulados com o Polo RJ, definiu-se o local para a realização da atividade: o Sefras, ação social franciscana, no centro do Rio de Janeiro.

A metodologia foi pensada a partir da experiência das educadoras do Pretas Ruas, que observam, na prática local, maior adesão da PSR a atividades artísticas e criativas em suas oficinas. A partir de diálogos com a metodologia de jogos de Teatro do Oprimido, ocorrida no Centro de Teatro do Oprimido - CTO, no bairro da Lapa, dias antes da oficina, a equipe da Escola Nacional decidiu realizar a atividade tendo como base alguns princípios da Estética do Oprimido, de Augusto Boal⁴⁸.

Objetivo

Propor o diálogo reflexivo sobre a trajetória de rua e suas interseccionalidades, abordando especialmente a questão racial.

Número de facilitadores

Sugerimos ao menos três facilitadores.

Públicos sugeridos

População em situação de rua.

Materiais sugeridos

- Projetor.
- Computador para reproduzir vídeo.
- Sugerimos a música do vídeo "Minha Cor Vai Viver", de Jhony MC, disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=MIFIGfP4crg&t=10s> .
- Como música ambiente para o momento de atividades artísticas, sugerimos a playlist "Oficina RJ PopRua" disponível no Spotify⁴⁹e a utilização de músicas relacionadas à temática racial e à valorização de artistas negros.
 - Caixa de som;
 - Cartolinas;
 - Revistas e jornais, de preferência com imagens de pessoas negras e/ou reportagens que abordem a temática racial;
 - Tintas;

⁴⁸ BOAL, A. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

⁴⁹ Playlist da oficina disponível em dois links no Spotify: https://open.spotify.com/playlist/2laESzF4NO95EHezWvxAOt?si=gC2HHAqcSViWpKar_Xh6vQ&pi=Uo6NE7YCSjqAo e https://open.spotify.com/playlist/6IU70m2UQsxhpONHmJ7Nzt?si=TWsqpGf_Q6CotbjazKUUWw .

- Copos descartáveis de café para distribuir pequenas quantidades de tinta;
- Pincéis;
- Potes ou copos descartáveis com água para limpeza de pincéis;
- Tesoura (sem ponta);
- Cola;
- Panos para limpeza do ambiente.

Descrição da atividade

Proponha um jogo de aquecimento com mobilização corporal criativa, seguindo princípios da Estética do Oprimido, de Augusto Boal: dois participantes ocupam o centro da roda, em uma cena de aperto de mãos, como em uma fotografia. Em seguida, outro facilitador, na função de mediador-curinga⁵⁰, pergunta: "O que vocês vêem nessa cena? Vocês mudariam algo nela?"

Espera-se a participação de alguém na roda; caso não haja participação espontânea, nessa primeira etapa, peça para um outro facilitador continuar a representação. A pessoa participante da roda que der um depoimento é convidada a entrar na cena e ocupar o espaço de outra forma: ela pode mudar a posição dos personagens e interagir com a cena. Pergunte novamente: "E agora? Vocês mudariam algo nessa nova cena?"

Várias cenas, imagens, são criadas, formando um espectro de interações, que podem refletir situações de opressão e soluções para as situações encenadas, a partir da influência dos facilitadores e do jogo cênico com os participantes da roda, até que o mediador-curinga convide o grupo para dar um desfecho ao enredo criado pelas imagens.

Após a dinâmica, convide o grupo para um momento de reflexão. Organize os participantes em roda novamente, apresente o tema da oficina, a partir de sua conexão com as cenas produzidas na etapa anterior. Pode-se falar, a partir do seu lugar, como é tocado(a) pelo tema.

⁵⁰ No Teatro Fórum, os espectadores presentes são aquecidos pelo curinga, mediador que expõe as regras do Fórum e entra em acordo com a plateia, propondo que, na discussão das alternativas, as ideias sejam encenadas em vez de verbalizadas. Assim, podemos entrar no lugar de uma personagem para evitar a opressão ocorrida, atentando para o fato de que saídas milagrosas não resolveriam a questão em uma situação real; por isso, devemos buscar saídas possíveis (CAMPOS, PANÚNCIO-PINTO & SAEKI, 2014); (FERNANDES, 2008).

Em seguida, projete o clipe do vídeo de alguma música que mostre as potências e belezas da raça negra, tendo como pano de fundo uma crítica social sobre preconceito racial e de classe.

Após reproduzir o vídeo, convide os participantes a comentarem sobre a música e o que ela desperta em cada um, abrindo o debate sobre a questão racial e como o racismo é percebido na comunidade e no território.

Em seguida, apresente dados sobre a população em situação de rua e interseccionalidades com o tema raça⁵¹. É possível refletir sobre como são representativos para a cultura brasileira a música e a arte produzidos pela comunidade negra.⁵² Também pode ser interessante apresentar obras de arte produzidas por artistas negros, músicas, filmes e perguntar sobre as referências de cada um na cultura, no *rap*, no *funk*, na capoeira e outras expressões culturais.

Após a reflexão em roda, convide os participantes a expressarem, em duplas ou trios, por meio de pintura e colagem, suas impressões sobre o que é ser pertencente à raça negra hoje, no território onde vivem.

Enquanto produzem, sugerimos que coloque músicas de fundo sobre o tema, a partir de uma *playlist* selecionada ou preparada previamente.

Após algum tempo, convide cada grupo a disponibilizar, no chão do espaço, o material que produziu, apresentando e comentando sobre ele. Fique atento ao tempo para cada fala, lembrando dos acordos feitos no início da atividade, sobre a escuta no grupo e o respeito à circulação da palavra.

Como dinâmica de encerramento, sugerimos que peça para o grupo se organizar em círculos e que convide cada participante a dar um passo à frente e dizer, em uma palavra, o que está levando da atividade para a própria vida.

Possibilidades de adaptação

Essa oficina não foi adaptada.

⁵¹ OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. **Violências estruturais: racismo, gênero e capital**. Série Histórica, 2012-2021. Belo Horizonte: UFMG, 2012-2021.

⁵² LLEDÓ, M.J. Arte fundante: A expressão artística e o pensamento de criadores negros são fundamentais para a compreensão de uma arte brasileira. São Paulo: **Revista E**, n.2, p.40-53, agosto. 2023.

Como foi essa oficina na prática?

A oficina foi aplicada no Rio de Janeiro no espaço do Serviço de Ação Franciscana (SEFRAS). Teve ótima adesão e os participantes deram muitas contribuições. Estiveram bastante engajados e reflexivos durante suas produções e se sentiram integrados e acolhidos pela escuta empática. A experiência proporcionou um ponto de partida importante para que o trabalho da Escola Nacional seja focado na autonomia e nos saberes prévios e potências do território, como propõe a educação popular em saúde.

Na primeira realização da oficina, utilizou-se a música “Vidas Negras Importam”, de Martinho da Vila e Noca da Portela. Apesar da boa receptividade dos participantes à atividade, refletimos sobre o princípio da equidade em relação a essa obra, o que motivou a mudança do repertório musical da oficina para suas próximas edições.

“Vidas Negras Importam” foi escolhida por abordar a questão do racismo e por ter sido escrita e cantada por um artista negro. Contudo, a letra diz, em seu refrão: “Ouça bem o que eu tenho a lhe dizer, não existe diferença entre eu e você”. Na letra, o autor considera esse trecho como um justo anseio pela redução das desigualdades, ao afirmar que as diferenças não existem. Concluímos, depois, como facilitadores, que precisamos nos posicionar sobre o lugar do qual estamos falando quando abordamos a temática racial em oficinas como Raça, Arte e Rua. Pensamos que, nesse lugar, pode ser evidenciada a alteridade, como princípio da diferença em relação às vivências cotidianas que aumentam ou diminuem a probabilidade de que uma pessoa sofra racismo, abrindo mais espaço para o diálogo com os participantes da oficina. Em reconhecimento a determinados privilégios sociais, por exemplo, foi falado na primeira oficina que, por uma pessoa ser socialmente lida como pessoa branca, ela não pode mensurar o que é ser sutilmente observado, como alvo de desconfiança, por parte de profissionais de segurança em lojas de departamentos e supermercados. Ainda que de forma velada, essas são expressões de racismo estrutural, que podem denunciar um lugar de poder que se exerce sobre o outro, na forma de privilégio, como pontua Bento⁵³. ao fazer uma análise posterior, observamos que “Vidas Negras Importam” não versa mais o que pudemos refletir a respeito. Propomos que seja utilizada, em outra oportunidade, uma música que teça críticas à discriminação racial, mas que evidencie

⁵³ BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 23, 2022.

a alteridade e valorize potenciais da comunidade negra. É o caso da música “Minha cor vai viver”, de Jhony Mc.

Dicas importantes para facilitar a oficina:

Verificar a possibilidade de uso de rede local de internet e a disponibilidade de espaço para a roda; de preferência, visite antes o local ou analise os recursos disponíveis por meio de contato com os apoiadores locais.

Procure um local com uma parede, onde seja possível projetar o vídeo.

Além das tintas de cores básicas - primárias e secundárias -, é importante preparar previamente cores que representem tonalidades de pele - diferentes tons de marrom, negro, pardo. É possível trabalhar com tinta guache ou uma lata pequena de tinta PVA branca e corante xadrez, nas cores primárias - azul, amarelo, vermelho - e preto. Misturas possíveis: +++amarelo, ++vermelho e +azul +branco, mudando a proporção dos pigmentos para produzir tonalidades distintas.

6.9 Grupos de ajuda mútua - saúde mental

Figura 20 – Escola Nacional no Centro Pop do DF, 2025



Fonte: Acervo da Escola e Cartoonify (Canva)

Contexto

Essa oficina parte da vivência e da escuta cotidiana de pessoas em situação de rua, que frequentemente enfrentam abandono, sofrimento psíquico e exclusão dos espaços de cuidado. A proposta surgiu a partir da experiência do articulador da Escola Nacional Pop Rua Kleidson Oliveira Bezerra, articulador da Escola Nacional PopRua com trajetória de vida nas ruas, que hoje atua como facilitador dessas oficinas em diferentes territórios do país.

A ideia de trazer uma pessoa com essa trajetória para conduzir a roda de conversa fortalece o sentido de escuta entre iguais e gera mais identificação entre os participantes. Além disso, dá visibilidade à potência dos saberes construídos por quem viveu e vive as ruas por dentro.

Esse tipo de atividade dialoga com os pensamentos do psiquiatra Frantz Fanon, que afirmava que não se pode falar de cuidado em saúde mental sem reconhecer as feridas coletivas deixadas pela exclusão, pela violência e pelo racismo. Fanon nos ensina que o cuidado não se constrói apenas com técnicas, mas com reconhecimento, afeto e luta compartilhada por dignidade⁵⁴.

Por isso, a proposta desta oficina é valorizar a escuta, o apoio mútuo e a convivência respeitosa como formas de cuidado e fortalecimento.

Objetivo

Criar um espaço coletivo de escuta, acolhimento e fortalecimento emocional entre pessoas com experiências comuns de sofrimento e exclusão, especialmente aquelas que vivem ou viveram nas ruas. O grupo promove trocas que ajudam cada pessoa a lidar com seus desafios e a se sentir pertencentes a uma comunidade de cuidado.

Número de facilitadores

É sugerida a presença de três facilitadores.

Públicos sugeridos

População em situação de rua; movimentos sociais e coletivos populares; grupos que buscam fortalecer o cuidado em saúde mental de forma coletiva.

Materiais sugeridos

⁵⁴ FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

Objeto para simbolizar quem está com a fala - pode ser um bastão ou uma bola.

Descrição da atividade

A oficina é iniciada com a formação de uma roda. Os participantes são convidados a se sentar de modo que possam olhar-se. O facilitador ou facilitadora inicia explicando o objetivo da oficina e, com cuidado, propõe alguns combinados básicos para garantir um espaço respeitoso e acolhedor. Entre os combinados estão:

- Evitar temas que possam gerar conflito como debates políticos, partidários ou religiosos;
- Respeitar a fala de cada pessoa, **sem julgamentos ou interrupções**;
- Entender que **ninguém é obrigado a falar**; ouvir também é uma forma de participar.

A partir daí, inicia-se a rodada de falas espontâneas, guiadas por temas que costumam aparecer com frequência entre as pessoas em situação de rua, como:

- Dificuldade de acesso ao Sistema Público de Saúde (SUS);
- Preconceito nos atendimentos;
- Solidão, abandono, falta de vínculos familiares;
- Violência policial e institucional;
- Perda de filhos ou dificuldades em exercer a maternidade;
- Vivência com o uso de álcool e outras drogas;
- Estratégias de sobrevivência e apoio.

A condução é feita com escuta atenta, acolhedora e calma.

Possibilidades de adaptação

Essa oficina é bastante flexível, pode e deve ser adaptada de acordo com a realidade do grupo e do território. Algumas sugestões:

- Dividir o grupo em rodas menores, caso o número de participantes seja grande, para garantir que todos tenham espaço para falar com tranquilidade;
- Se fizer sentido, trabalhar com grupos específicos naquele território ou naquele momento. Por exemplo: fazer uma roda só com mulheres, só com homens, com mulheres trans, com pessoas LGBTQIA+ ou com mães em situação de rua. Esses recortes ajudam a abordar temas específicos com mais conforto e liberdade;
- Escolher previamente um ou dois temas disparadores, especialmente se o grupo estiver com dificuldade de iniciar as falas;

Como foi a oficina na prática?

A oficina tem sido aplicada em diferentes contextos, sempre respeitando as particularidades de cada grupo. A condução é feita por Kleidson de Oliveira Bezerra, que utiliza sua experiência nas ruas para facilitar, de forma mais próxima, afetiva e direta, o diálogo.

Nos encontros, os participantes costumam trazer questões relacionadas a solidão, abandono, uso de substâncias, violências sofridas nas instituições, dificuldades de acessar o SUS e o direito à maternidade, especialmente entre as mulheres que tiveram a guarda dos filhos retirada ou enfrentam barreiras para exercer seu papel de mãe.

Em algumas oficinas, a necessidade de fala foi tão grande que o tempo precisou ser reorganizado durante a atividade. Isso mostra a importância de prever uma forma leve e respeitosa de moderação de tempo, sem restringir as falas, mas permitindo que todos tenham a chance de se expressar.

Mesmo com desafios, a experiência mostra que, quando feita com escuta verdadeira, a roda funciona como um espaço potente de cuidado.

6.10 Redução de Danos: Caminhos de Cuidado nas Ruas

Figura 21 – Escola Nacional Pop Rua em Belém-PA , 2025



Fonte: Acervo da Escola e Cartoonify (Canva)

Contexto

No trabalho da Escola com a PSR foi visível a importância de tratar de temas que se dediquem às especificidades de uma vulnerabilidade que demanda cuidados integrais e intersetoriais de baixa exigência, de linguagem e procedimentos acessíveis, que promovam a produção de vínculos, o exercício da cidadania, a autonomia e o acolhimento. Modelo mundialmente reconhecido de excelência no cuidado com esta população⁵⁵⁵⁶⁵⁷, a Redução de Danos (RD) é um modelo de cuidado que parte da

⁵⁵ LOPES, L. E. (Org.). **Atenção integral à saúde de pessoas em situação de rua com ênfase nas equipes de consultórios na rua**: caderno de atividades. 2. ed. Rio de Janeiro: C.D.E e EAD da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz, p. 320, 2018.

⁵⁶ BAGLEY, S.M. et al. Integrating substance use care into primary care for adolescents and young adults: lessons learned. **Journal of Substance Abuse Treatment**, *[S. l.]*, v. 130, 2021.

⁵⁷ VIANA, L.S. et al. Política de redução de danos e o cuidado à pessoa em situação de rua. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 57-65, 2020.

compreensão da dignidade, da autonomia e da redução de riscos e agravos relacionados ao abuso de substâncias psicoativas para o indivíduo e a sociedade. Não se pauta na abstinência como objetivo do cuidado e conta com intervenções no contexto da prevenção combinada, de intervenções comportamentais, procedimentos com uso de insumos como testagem rápida, distribuição de camisinhas, entre outros⁵⁸.

Esta oficina foi pensada como possibilidade de trabalhar pontualmente com grupos de profissionais ou de trabalho contínuo com a PSR de um determinado território. No contexto da Escola, preparamos esta oficina como oportunidade de realizar uma atividade contínua no Centro Pop de Taguatinga - DF com a PSR, visando a auxiliar na construção de atividades coletivas da instituição, bem como estar presentes em um território que, à época do início das atividades, estava sendo cenário de disputas políticas sobre a remoção do Centro Pop e o impedimento da abertura de abrigos noturnos.

Objetivo

Apresentar o modelo de cuidado da Redução de Danos e pensar as características dos danos associados à vida nas ruas, ao uso de substâncias e às violências racial e de gênero. A partir disso, construir coletivamente sentidos de cuidado a partir dos princípios da RD.

Públicos sugeridos

Pessoas em situação de rua, profissionais da rede de cuidados à PSR do Estado e do terceiro setor.

Número de facilitadores

Pelo menos três, permitindo contatos grupais e individuais concomitantes, e uma pessoa responsável por registrar as contribuições dos participantes;

Materiais sugeridos

- Tarjetas de papel
- Pincéis atômicos.

Descrição da atividade

⁵⁸ RECIFE. **Prefeitura da Cidade do Recife**. Plano Municipal de Atenção Integrada ao Crack e Outras Drogas. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, [s.d].

Nota: Para esta atividade é necessário um espaço de reunião em que se possa trabalhar em círculo.

A atividade se inicia com uma pergunta: "O que você acha que é Redução de Danos?". Na medida em que o grupo responde, escreve-se nas tarjetas e dispõem-se em um círculo no chão. A partir daí, parte-se para uma conversa estruturada em três etapas:

- Das palavras que encontramos no grupo, quais se referem à RD e quais se referem a outros modelos de cuidado - momento de introduzir o tema e diferenciar a RD do modelo de abstinência -?;
- Que outras palavras podemos adicionar como objetivos e práticas da RD – momento importante para apresentar, com exemplos do dia a dia, uma atuação profissional dentro da lógica de RD ou inserir a RD como paradigma de organização do autocuidado -? É essencial também apresentar, na medida em que o grupo avance nas partilhas, a ideia de dano como algo que pode ser evitado, reduzido ou manejado a partir de ações de autocuidado;
- Como posso organizar minha vida, minha rotina de uso de substâncias e minha dinâmica de vida em situação de rua de forma a reduzir os danos a que estou exposta/o - momento de estabelecimento de um pacto de cuidado coletivo entre o grupo, caso este seja um trabalho contínuo, ou da retificação das compreensões do grupo, caso seja uma oficina pontual -?

É importante ouvir bem o grupo e, a partir da curiosidade e das necessidades dele, pensar em temas para os encontros seguintes bem como divulgar materiais de atualização e aprofundamento no trabalho com profissionais da rede de cuidados à PSR.

A oficina pode finalizar com a circulação da fala em que cada participante relate um dos sentimentos que teve depois da oficina.

Possibilidades de adaptação

Essa oficina tem uma estrutura-coringa, pois pode ser uma atividade contínua, que trate de diversos temas dentro da RD, e pode ser conduzida com diversos públicos, em um direcionamento mais formativo ou vivencial, a depender das demandas do grupo. O importante é que a oficina se construa enquanto espaço de aprendizagem entre pares, que seja um espaço confiável para a partilha de histórias e desafios pessoais e que seja pautada nos princípios de trabalho com a RD.

Como foi a oficina na prática?

Essa oficina é uma atividade contínua que a equipe do DF realiza no Centro Pop de Taguatinga. Avaliamos que a presença da equipe no território tem facilitado os acordos de solidariedade entre os assistidos do serviço, tem sido uma forma de influenciar as relações entre trabalhadores e assistidos e tem sido uma atividade com procura constante, pois é um espaço de não julgamento e de partilha segura. Os temas propostos são pretextos para discussão ampla dos direitos da PSR e a dificuldade em reduzir danos em contextos de vulnerabilidade extrema, bem como a importância de serviços-dia, como o Centro Pop, na garantia de mínimos sociais para a PSR.

Dicas importantes para facilitar a oficina:

É importante saber diferenciar o modelo de RD de outros modelos de cuidado no contexto do abuso de substâncias psicoativas e nomeá-lo, junto com o grupo, ao longo do tempo - é essencial pensar a RD como lógica de cuidado e acolhimento antes de pensar no manejo do uso de substâncias. Deve-se criar formas de mediação do uso do tempo pelo grupo, para proporcionar a fala de todos e o respeito mútuo. É importante trazer propostas de manejo de angústias, da "instiga" e dos sintomas psicológicos da abstinência de substâncias. Em nosso caso, lançamos mão de recursos provenientes da psicologia comunitária, da terapia ocupacional e da arte como ferramentas de autoexpressão e de intimidade com o próprio corpo.

6.11 Fortalecimento em Rede

Figura 22 – Fortalecimento em Rede – Rio de Janeiro, 2024.



Fonte: Acervo da Escola e Cartoonify (Canva)

Contexto:

A oficina Fortalecimento em Rede foi elaborada com o intuito de promover a interação e o diálogo com trabalhadores do terceiro setor no Rio de Janeiro. A partir de reunião online da Escola Nacional com o Polo RJ, foi identificado que as instituições e coletivos demonstravam dificuldades em realizar articulações no território em prol de ações de cuidado com a população em situação de rua.

A partir disso, foram convidados para a oficina diversos representantes da atuação no terceiro setor do território, para uma oficina que aconteceu na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Na ocasião, 21 organizações estiveram representadas, com seus trabalhadores presentes. Foi utilizado como método a matriz SWOT como forma de coletar dados sobre a percepção que esses coletivos

têm sobre forças, fraquezas, ameaças e oportunidades ao trabalho com a população em situação de rua local.

Objetivo:

Promover um espaço de troca, escuta e fortalecimento da rede intersetorial que atua no terceiro setor com a população em situação de rua.

Número de facilitadores:

Para esta oficina, recomenda-se pelo menos três facilitadores.

Públicos sugeridos:

Trabalhadores que atuam com o terceiro setor e organizações que atuam com população vulnerabilizada.

Materiais sugeridos:

- Folhas de papel craft, para anotações;
- Fita adesiva;
- Balões;
- Pincel atômico;
- Caneta e bloco de papel para anotações dos participantes;
- Aparelho de som.

Descrição da atividade:

Como atividade de aquecimento para a oficina, foi utilizada uma dinâmica com balões, de modo que os participantes pudessem se apresentar e fazer perguntas uns aos outros.

Em um segundo momento da oficina, foi adotado como método de trabalho para a articulação política no território um modelo adaptado da matriz SWOT. Apesar de ser uma ferramenta de gestão empresarial, a swot mostrou-se capaz de auxiliar a captação de dados para a população em situação de rua em uma ação da Escola Nacional com o MNPR em Campo Grande – MS. A análise SWOT foi, portanto,

adaptada para uma forma mais dinâmica de participação e escolhida como um recurso objetivo para identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças no trabalho do terceiro setor, de modo a planejar estratégias para ações futuras.

Os tópicos da análise são comumente chamados de F-O-F-A, dada a tradução dos tópicos para a língua portuguesa (strengths - forças, opportunities - oportunidades, weaknesses - fraquezas e threats - ameaças).

Forças são todos aqueles fatores que nos destacam, que facilitam nossa vida. E fraquezas tudo aquilo que pode atrapalhar o nosso caminhar. Oportunidades e Ameaças são todos os fatores que o ambiente nos proporciona (Brasil, 2016).

Ao final dessa etapa, os participantes se reuniram, com os tópicos, que foram disponibilizados em quadrantes desenhados com fita crepe, no chão, conforme a figura x.

Alguns exemplos de resultados coletados pela análise, que refletem a percepção dos trabalhadores do terceiro setor no Rio de Janeiro:

Forças:

1). Capacidade de ocupar espaços aonde o estado não vai; 2). Através das tecnologias sociais, apresenta soluções para os problemas sem burocratização.

Oportunidades:

1). Criar grupos de suporte para pares entre trabalhadores e usuários de forma humanizada; 2). Regate de identidade socio raciais.

Fraquezas:

1). Ações fragmentadas; 2.). Baixo conhecimento de metodologias territoriais para construção e ação com a PSR.

Ameaças:

1). Fragmentação da rede; 2). Ausência de capacitação (continua e permanente).

Exemplo de adaptação:

Pode-se fazer alguma das atividades dinâmicas já propostas neste manual, para promover a integração entre os participantes, no início da oficina.

Como foi a oficina na prática?

Como mencionado no tópico descritivo da atividade, essa oficina já ocorreu em um evento com a população em situação de rua em Campo Grande - MS, em abril de 2024, em um ginásio coberto, região central da cidade. Na ocasião, o tópico a ser avaliado eram as condições de vida deles no território. Como resultado da oficina, a partir dos dados coletados, o MNPR encaminhou uma carta aos defensores públicos e representantes da política local.

No Rio de Janeiro, a oficina aconteceu em um período vespertino, na região central do Rio.

Antes da oficina acontecer, foram pactuados os acordos sobre a circulação da palavra e sobre o tempo da atividade. A oficina foi programada para durar 3 horas, no período vespertino.

Na dinâmica inicial da oficina, os nomes dos participantes e suas respectivas instituições do terceiro setor foram anotados e colocados em pequenos papéis, dentro de balões, que foram inflados e, posteriormente, jogados para o alto e sorteados entre eles. Um dos facilitadores iniciou a dinâmica estourando o próprio balão e lendo o nome que estava inscrito em seu interior. A partir do nome sorteado, o facilitador pediu para a pessoa se apresentar e fez uma pergunta relacionada ao trabalho que é empreendido por essa pessoa. E assim, sucessivamente, cada participante fazendo uma pergunta relacionada ao serviço ofertado pela organização em que trabalhava a pessoa sorteada.

Como desafio desse momento, houve alguns debates que, a princípio, fugiram dos objetivos propostos pela dinâmica e do acordo sobre a circulação da palavra. Um ponto importante para os facilitadores foi sustentar o método, retomando a conexão com o que estava sendo proposto.

Em um segundo momento, os participantes foram divididos em quatro grupos, que representavam os quadrantes da matriz SWOT. A partir de diálogos entre representantes de cada quadrante, os tópicos deliberados foram anotados em pedaços de papel pardo, com pincel atômico. Foi possível mudar a posição de alguns tópicos que, por exemplo, descreviam melhor o quadrante "oportunidade" que o quadrante "força", por exemplo.

Ao final, os participantes relataram como estavam se sentindo ao participar da construção conjunta e expressaram, em círculo, uma palavra que refletia o que estavam levando da experiência.

Através da oficina, foi possível elaborar uma carta da Escola Nacional para os participantes, compilando os dados da matriz e propondo sugestões para facilitar o diálogo intersetorial no território.

Dicas importantes para facilitar a oficina:

- Importante conhecer bem o espaço onde a oficina será realizada, pois ela requer um espaço maior para sua realização, considerando o desenho da matriz SWOT no chão do ambiente.
- Fique atento(a) à circulação da palavra e à sustentação do método da oficina, pois algumas pessoas podem manifestar opiniões divergentes, o que é esperado em uma oficina com trabalhadores que não estão se articulando no território. No caso em que um participante relatou queixa em relação à atuação de outro, por exemplo, foi sugerido que o tópico pudesse ser abordado no segundo momento da oficina, no qual o participante poderia expressar com mais profundidade sua percepção dos problemas no quadrante “ameaças” ou “fraquezas” e, posteriormente, apresentar os resultados no grupo a partir da visão completa da matriz swot.

7. SUGESTÕES:
OUTROS MATERIAIS
E METODOLOGIAS DE FORMAÇÃO



7. Sugestões: outros materiais e metodologias de formação

Além das oficinas e atividades propostas neste Manual, há outros materiais valiosos que podem ser utilizados, como recursos formativos, em espaços de educação e formação com pessoas em situação de rua, por movimentos sociais e trabalhadores que atuam com essa população.

7.1 Jogos desenvolvidos pela Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama

A Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama desenvolveu dois jogos pedagógicos que permitem vivenciar e refletir sobre situações enfrentadas por mulheres em situação de rua. Por meio da participação ativa no jogo, as pessoas são convidadas a se colocar no lugar de quem vive essas situações, favorecendo a sensibilização e a construção de uma escuta mais qualificada.

O que é a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama?

Criada em 2009 na Faculdade de Direito da USP, a Clínica é um grupo de pesquisa e extensão universitário que atua na defesa de direitos da população em situação de rua e na formação crítica em direitos humanos. A extensão é uma das organizações parceiras do Colaboratório Nacional PopRua, tendo atuado na construção do projeto desde os seus desenhos iniciais.

Figura 23 – Cartas do jogo “História de Lourdes”

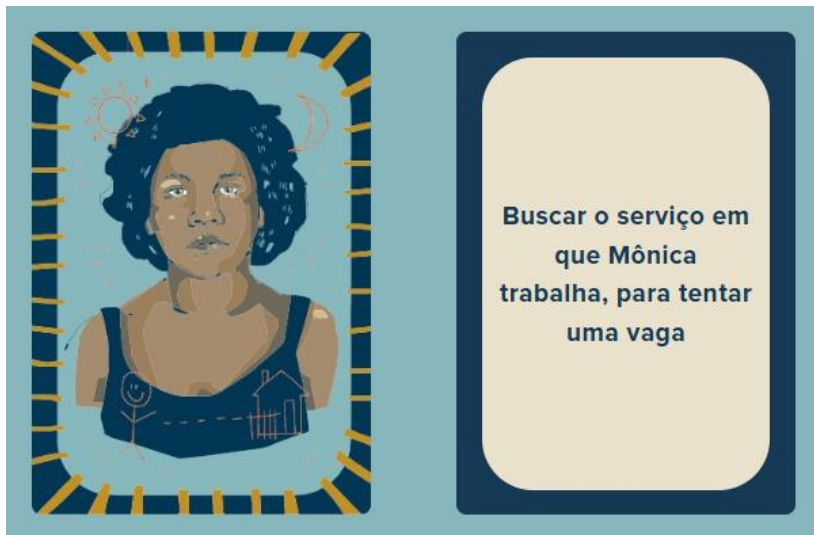


Fonte: Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama

História de Lourdes:

Neste jogo, os participantes acompanham a história de Lourdes, uma mulher grávida em situação de rua que enfrenta inúmeros desafios para garantir atendimento de saúde e assistência. A cada situação apresentada, o grupo é chamado a refletir sobre as escolhas possíveis e sobre os limites impostos pelas violações de direitos vivenciadas. O jogo foi elaborado em parceria com a extensão universitária Direito, Discriminação e Diversidade (DDD) como apoio para as oficinas “Primeira Infância” e “Maternidade nas ruas de São Paulo”, que receberam o prêmio Prioridade Absoluta, do Conselho Nacional de Justiça, em 2021. Durante a aplicação do jogo, o grupo é convidado a refletir sobre os desafios enfrentados e sobre estratégias possíveis de atendimento que busquem garantir os direitos das mulheres em situação de rua.

Figura 24 – Cartas do jogo “Caminhando com Maria”



Fonte: Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama

Caminhando com Maria:

Neste jogo, cada pessoa acompanha a trajetória de Maria, uma mulher que, para garantir seus direitos, tenta acessar serviços públicos como saúde, defensoria pública e centros de acolhida. A cada etapa, o grupo discute as escolhas que Maria pode fazer e as dificuldades que aparecem em cada decisão. Esse jogo foi desenvolvido e pensado para auxiliar na formação e sensibilização de profissionais que atuam com a escuta de violações de direitos da população em situação de rua. O jogo foi elaborado em conjunto com a cartilha que indicamos abaixo, sendo materiais complementares.

Os jogos estão disponíveis gratuitamente no site da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama: <https://cdhluizgama.com.br>

Dicas para a aplicação dos jogos:

Antes de propor essa atividade, recomendamos que se explorem os jogos para entender melhor sua dinâmica e conseguir orientar os participantes em caso de dúvidas. Também pode ser importante reservar um tempo para apresentar com calma a proposta ao grupo, observando que as opções das cartas não representam escolhas ideais, mas cenários possíveis e comuns dentro de uma realidade de alternativas limitadas.

Para que todos possam compartilhar suas reflexões e impressões, recomendamos que o jogo seja aplicado com até quinze participantes. Para um grupo maior, de até trinta participantes, recomendamos que se combine um tempo máximo de fala por pessoa - por exemplo, três minutos - ou se limite a quantidade de falas por rodada

7.2 Cartilha "Formação de Ouvidores de Violações aos Direitos Humanos da População em Situação de Rua" — Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama

Esta cartilha tem como objetivo apoiar e contribuir com a formação de pessoas que atuam com a escuta e o atendimento a pessoas em situação de rua em contextos de violações de direitos. Seu conteúdo propõe uma reflexão aprofundada sobre os desafios no atendimento à população em situação de rua e sobre a importância de práticas de escuta qualificada, apresentando dicas práticas e reflexões que buscam apoiar os trabalhadores e profissionais que atuam nesse cenário. O material está organizado em duas partes: a primeira contextualiza quem são as pessoas em situação de rua, quais serviços existem e os profissionais que fazem esses atendimentos; a segunda aborda alguns dos desafios comuns enfrentados nos atendimentos, apresentando dicas e propostas práticas para a escuta e atendimento digno⁵⁹.

⁵⁹ SALATINO, L. C.; GOMES, J. D. G. ; PINHO, K. M. . Formação de Ouvidores de Violações aos Direitos da População em Situação de Rua: Uma proposta Pedagógica a partir da Experiência da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama. São Paulo: **LiberArs**, 2022.

7.3 Cartilha "Formação e Informação: organização e direitos das pessoas em situação de rua" – Rede Rua e movimentos sociais

Esta cartilha tem como principal objetivo contribuir com a organização e mobilização política da população em situação de rua, incluindo o fortalecimento de novas lideranças. Elaborada junto a militantes que atuam há anos na luta por inclusão das pessoas em situação de rua, a cartilha apresenta metodologias e atividades para a discussão coletiva de temas como políticas públicas, moradia, direito à cidade e participação social. Com linguagem acessível e metodologias participativas, é um importante material de referência para processos de formação, mobilização e fortalecimento da luta⁶⁰.

7.4 Como reunir e articular grupos e organizações diferentes em torno das pautas de Pop Rua?

Este texto trata de uma série de orientações para auxiliar a construir conversas estratégicas dentro do seu território. Primeiramente, antes de construir estes espaços de incidência, é importante conhecer a situação atual do seu território, o que para nós da Escola Nacional geralmente é feito através de reuniões com as equipes descentralizadas que temos no nosso trabalho enquanto Colaboratório e Análises de Conjuntura, uma ferramenta de leitura social que também estará presente neste *livro*, e isso serve também se você se organiza a partir de movimentos sociais, do trabalho ou de sindicatos, comitês populares e outras organizações da sociedade civil.

⁶⁰ ASSOCIAÇÃO REDE RUA. **Formação e informação**: organização e direitos das pessoas em situação de rua. [S. l.: s. n.], 2022.

Em relação à busca de referências, é importante criar redes com pessoas e grupos com quem você ou sua organização já possuam afinidade política, e contando com eles vocês conseguirão ampliar e fortalecer essas redes. Você pode procurar por movimentos sociais atuantes na região, nos sites oficiais do governo local os nomes, partidos e contatos de vereadores e deputados estaduais, nos conselhos estaduais/municipais de saúde, assistência, entre outros. Outro passo importante é a busca de notícias das mídias locais, que nos fornecem muitas informações sobre como a Pop Rua é percebida em um determinado local, se existem disputas de narrativa e quais os grupos envolvidos nelas. Desse jeito, você vai conseguir entender minimamente quais movimentações em torno do cuidado e garantia de direitos da Pop Rua já existem, se o cenário para melhoria das condições de acesso é favorável ou não na região, e se existe algum processo intenso de violação de direitos da Pop Rua acontecendo.

Essas informações são úteis para construir uma conversa, principalmente se você está tentando construir uma relação com territórios que não são o seu de origem. A partir desse acúmulo vai ser possível pensar, de preferência coletivamente, que tipos de reuniões seriam possíveis e, dessas, quais seriam mais estratégicas. Aqui exploraremos duas possibilidades: a audiência pública e o grupo de trabalho. A primeira é um mecanismo de participação social surgido na Constituição Federal de 1988, e o segundo é uma forma de trabalhar para grupos com mais afinidade e necessidade de fortalecer a intersetorialidade em seus trabalhos.

Audiência Pública:

Para realizar uma audiência pública, é necessário fazer um requerimento ao presidente da Câmara ou a uma Comissão. O site da Câmara Legislativa nos fornece um passo-a-passo de como podemos construir uma⁶¹.

Quem pode solicitar uma audiência pública?

Um vereador, parlamentar ou uma organização da sociedade civil (OSC, Movimentos Sociais...) interessados podem solicitar uma audiência pública. Essa solicitação deve ser para debater um assunto de interesse público, uma questão que pode ou não ser matéria de votação nas casas de decisão da União, do Estado ou Município, ou alguma questão sobre a qual temos um debate acumulado e gostaríamos de apresentar enquanto construção popular para as casas de decisão dos nossos locais de atuação⁶².

Como participar de uma audiência pública?

As audiências públicas hoje ocorrem em formato híbrido, o que possibilita a participação virtual e presencial. É possível também mandar participações por escrito, através de colegas.

Como se preparar para uma audiência pública?

É muito importante fazer uma ampla divulgação da Audiência Pública, para que ela tenha adesão da população interessada e seja um espaço participativo, democrático e diverso. Busque estudar o tema da audiência, trazer informações verdadeiras, organizadas, de preferência que venham de várias fontes e setores da sociedade. É importante ter algum tipo de projeto em mente, mesmo que não esteja totalmente pronto, para que essas propostas sejam apresentadas aos parlamentares e haja uma proposição de agenda, que é a forma de trabalho nas casas de decisão do Estado.

⁶¹Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/normas-internas/Normas%20Regimentais>

⁶²Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/poder-publico/quem-pode-realizar-uma-audiencia-publica>.

7.5 Grupo de trabalho de articulação política

A organização de uma reunião de articulação política para fortalecer a luta por direitos da população em situação de rua exige planejamento cuidadoso, escuta ativa e compromisso com a construção coletiva⁶³. O primeiro passo é definir com clareza os objetivos do encontro, como, por exemplo, promover o diálogo entre diferentes atores sociais, identificar demandas urgentes e pensar estratégias conjuntas de ação. É importante também ter em mente os resultados esperados, como a criação de um grupo de trabalho, o planejamento de mobilizações ou a elaboração de propostas para a incidência política.

Em seguida, é necessário mapear e convidar os participantes. Devem ser incluídos movimentos sociais da população em situação de rua - com atenção especial à participação direta de pessoas com vivência nas ruas -, ONGs e coletivos que atuam nessa temática, servidores da saúde, da assistência social e de outras áreas relevantes, além de instituições como defensorias públicas, conselhos de políticas públicas, universidades, pastorais sociais e ministérios públicos, quando pertinente. Os convites devem ser feitos com antecedência, de forma acessível e respeitosa, explicando o objetivo da reunião, a duração e o formato.

A logística também precisa ser bem planejada. A escolha da data e do horário devem levar em consideração a disponibilidade da maioria dos participantes. Se a reunião for presencial, é fundamental garantir que o local seja acessível e acolhedor, com recursos básicos como som, cadeiras, alimentação e, se possível, apoio para transporte das pessoas em situação de rua. Se a reunião for virtual, é necessário garantir que todas as pessoas tenham acesso ao *link* e suporte para participar.

A preparação da pauta é outro elemento central. Ela deve ser construída de forma participativa, e pode incluir momentos como uma breve acolhida e apresentação, contextualização da situação atual da população em situação de rua, rodada de escuta para que os diferentes atores compartilhem suas percepções e desafios, o mapeamento das demandas e lutas em curso, a construção de propostas

⁶³ OLIVEIRA, A.; LUBE GUIZARDI, F. A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua: avanços e desafios da intersectorialidade nas políticas de saúde e assistência social. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. e190650, 2020.

de ação coletiva e, por fim, a definição de encaminhamentos concretos e dos próximos passos.

Durante a condução da reunião, é importante contar com uma facilitadora ou facilitador com escuta ativa, que garanta que todas as vozes possam ser ouvidas com respeito, especialmente as mais marginalizadas. É necessário registrar os principais pontos discutidos, seja por meio de ata, áudio ou resumo. O tempo de fala precisa ser equilibrado e a linguagem usada precisa ser clara, evitando-se termos técnicos ou siglas que dificultem a compreensão. O ambiente deve ser acolhedor e livre de julgamentos, tolhendo qualquer forma de revitimização das pessoas em situação de rua.

Ao final da reunião, é fundamental sistematizar os encaminhamentos definidos: ações a serem realizadas, quem ficará responsável por cada uma e qual será a forma de acompanhamento. Também é recomendável combinar uma nova data para reencontro ou, ao menos, manter aberto um canal de comunicação, como um grupo de WhatsApp ou lista de *e-mails*.

No pós-reunião, é essencial enviar aos participantes um resumo com os principais pontos discutidos e as decisões tomadas, além de compartilhar materiais utilizados, como apresentações ou documentos de referência. A devolutiva às pessoas em situação de rua que participaram deve ser uma prioridade, reconhecendo sua contribuição e reforçando seu protagonismo no processo. Por fim, manter o grupo ativo e alimentado com informações periódicas contribui para consolidar a articulação como um espaço contínuo de mobilização e luta.

Todo esse processo precisa estar pautado por princípios como horizontalidade, intersetorialidade e respeito à dignidade e autonomia das pessoas em situação de rua, assegurando que sejam não apenas alvo, mas sujeitos centrais, na defesa de seus próprios direitos.

8. REFERÊNCIAS



1 ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 15-46, 2018.

2 ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

3 AKOTIRENE, C. O que é interseccionalidade?. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

4 ANDERSON, H. Algumas considerações sobre o convite ao diálogo. São Paulo: **Nova perspect. sist.**, v. 25, n. 56, p. 49-54, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412016000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jul. 2025.

5 ASSOCIAÇÃO REDE RUA. **Formação e informação**: organização e direitos das pessoas em situação de rua. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1BK3MyuCo1kC3ZrXilvoSRoafJGv2YzJH/view>. Acesso em: 25 jul. 2025.

6 BAGLEY, S.M. et. al. Integrating substance use care into primary care for adolescents and young adults: lessons learned. **Journal of Substance Abuse Treatment**, [S. l.], v. 130, 2021. Disponível em: <https://www.isatjournal.com/action/showPdf?pii=S0740-5472%2821%2900102-1>. Acesso em: 24 jul. 2025.

7 BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

8 BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

BISPO, A. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: INCTI/UNB, 2015.

9 BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **População em Situação de Rua**: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília: MDHC, 2023.

10 BRASIL. Ministério dos Transportes. **Matriz SWOT e a Gestão de Qualidade**. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/matriz-swot-e-a-gestao-da-qualidade>. Acesso em 11 set 2025.

11 BRASIL. **Presidência da República**. Manual de Redação da Presidência da República. 3ª ed. Brasília: Presidência da República, 2018.

BOAL, A. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

12 BRITO, C. DA S. et al. Apoio institucional na Atenção Primária em Saúde no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1377-1388, 022

13 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Resolução Nº 17, de 1989. Normas regimentais sobre audiências públicas. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**: Brasília, Art. 219-258, 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade->

[legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/normas-internas/Normas%20Regimentais](#). Acesso em: 25 jul. 2025.

14 CAMPOS, F. N.; PANÚNCIO-PINTO, M. P.; SAEKI, T.. Teatro do oprimido: um teatro das emergências sociais e do conhecimento coletivo. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 552–561, set. 2014; FERNANDES, J. **Teatro do oprimido: um teatro das emergências sociais e do conhecimento coletivo**. São Paulo: Hucitec, 2008.

15 CARLOS, E. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 84, p. 315–348, 2011.

16 ESPÍNDOLA, B. C.; SABÓIA, V. M.; MACEDO, R. A. Mapa falante como instrumento de produção de dados na pesquisa qualitativa. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, e882974883, 2020.

17 EVARISTO, C. Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória. Belo Horizonte: **Releitura**, n. 23, 2008. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/escrevivencias-da-afro-brasilidade.html> . Acesso em: 25 jul 2025.

18 FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

19 FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 17, 2009.

20 FEDERICI, S. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, p. 320, 2022.

21 FERREIRA, V.; FLEURY, J.; RAMOS, C. Neoliberalismo, condição periférica e os Panteras Negras: um breve estudo. **Revista Ensaios**, v. 19, p. 39–58, 2021.

22 FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra: 1975.

23 FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, p. 47, 1996.

24 GASPAR, M. A. F. **A falta que faz a mística. Elementos para a retomada do trabalho de base nos movimentos populares**. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

25 GAZZOTTI, D. **Afetividade, emoção e vínculo nas relações escolares**: uma perspectiva histórico-cultural. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

26 GOMES, L. B.; MERHY, E. E. Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 1, p. 7–18, jan. 2011.

27 LLEDÓ, M.J. Arte fundante: A expressão artística e o pensamento de criadores negros são fundamentais para a compreensão de uma arte brasileira. São Paulo: **Revista E**, n.2, p.40-53, agost. 2023.

28 LOPES, L. E. (Org.). **Atenção integral à saúde de pessoas em situação de rua com ênfase nas equipes de consultórios na rua**: caderno de atividades. 2. ed. Rio de Janeiro: Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz, p. 320, 2018.

29 MISOZCKY, M. C. Gestão participativa em saúde: potencialidades e desafios para o aprofundamento da democracia. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 336–347, 2003.

30 NATALINO, M. A. C. A população em situação de rua nos números do Cadastro Único. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (Ipea), p. 57, 2024. (Texto para Discussão, n. 2944).

31 OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. **Violências estruturais: racismo, gênero e capital**. Série Histórica, 2012-2021. Belo Horizonte: UFMG, 2012-2021. Disponível em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/violencias_estruturais.html. Acesso em: 28 jul. 2025.

32 OLIVEIRA, A.; LUBE GUIZARDI, F.. A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua: avanços e desafios da intersectorialidade nas políticas de saúde e assistência social. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. e190650, 2020

33 OLIVEIRA, L. H. S. Vivências negras: trabalhando com a ausência depois da abolição. **Diálogos Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 14, n. 3, p. 557-577, 2010.

34 PALUDO, C. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Revista Contexto & Educação**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 35, n. 96, p. 219-238, 2015.

35 PEREIRA, G. G. da S.; SANTOS, S. C. M. dos. Teorizações sobre a função social e o sentido da escola pública de periferia na contemporaneidade: notas introdutórias. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 2, p. 731–746, 2022.

36 QUEIROZ, M. DE S.. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 8, n. 3, p. 342–344, jul. 1992.

37 RECIFE. **Prefeitura da Cidade do Recife**. Plano Municipal de Atenção Integrada ao Crack e Outras Drogas. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, [s.d]. Disponível em: https://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/LIVRO_PLANO_SDH_FINALIZADO.pdf. Acesso em 25 jul 2025.

38 REIS, A. C. dos . Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 1, p. 142–157, jan. 2014.

39 RODRIGUES, M. T. D. et. al. Memórias de rua: a população em situação de rua na cidade de São Paulo e o jornal o Trecheiro. Org.: Luciana Barbosa Aquino de Carvalho. São Paulo: **Edição do Autor**, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/124ifgwdOpMxCGFbt6KB3Q_18qT4FVTio/view. Acesso em: 25 jul. 2025.

40 ROGERS, C. R. Uma maneira negligenciada de ser: a maneira empática. In: ROGERS, C. R.; ROSENBERG, R. (org.). **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU, p. 69-89, 1997.

41 SALATINO, L. C.; GOMES, J. D. G. ; PINHO, K. M. . Formação de Ouvidores de Violações aos Direitos da População em Situação de Rua: Uma proposta Pedagógica a partir da Experiência da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama. São Paulo: **LiberArs**, 2022. Disponível em: <https://cdhluizgama.com.br/cartilha-formacao-de-ouvidores-de-violacoes-aos-direitos-humanos-da-populacao-em-situacao-de-rua/> . Acesso em: 25 jul. 2025

42 SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

43 SENADO FEDERAL. **Quem pode realizar uma audiência pública**. 2007. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/poder-publico/quem-pode-realizar-uma-audiencia-publica> . Acesso em: 25 jul. 2025.

44 SOUZA, H.J de. **Análise de Conjuntura**. 27a edição. Editora Vozes, 1984

45 SOUSA, J. G. de. O Direito Achado na Rua: condições sociais e fundamentos teóricos. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 4, p. 2776-2817, 2019.

46 SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

47 TEIXEIRA, L. R; TEIXEIRA, M. A. C. Arquitetura da participação social no Brasil: um espaço em construção. **Revista iberoamericana de estudios municipales**, n. 20, p. 33-57, 2019.

48 VIANA, L.S. et al . Política de redução de danos e o cuidado à pessoa em situação de rua. SMAD, **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.), Ribeirão Preto , v. 16, n. 2, p. 57-65, 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762020000200008&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 24 jul. 2025.

49 VERSIANI, I. V. L. **Lazer e comuns urbanos**: potencialidades para apropriação de espaços públicos na cidade. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2021.

50 ZIBECHI, R. **Emancipación social, el comum y la democracia**: los movimientos frente al extractivismo. In: FERREIRA, A.; MATTOS, C. (Orgs.). Produção do espaço: emancipação social, o comum e a "verdadeira democracia". Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 99-107

8.1 Referências Complementares

As seguintes referências são recomendadas para ampliar os conhecimentos sobre o tema e auxiliar os facilitadores no processo de compreensão da oficina.

BOAL, A. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. **Política de redução de danos, 30 anos**: garantia de direitos ao usuário de drogas. Fiocruz, 2019. Disponível em: <<https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/46739>> Acesso em 25 jul 2025.

GOVERNO FEDERAL. **Prevenção combinada**: redução de danos. Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/reducao-de-danos> . Acesso em 25 jul 2025.

VASCONCELOS, E. M. et al. **Cartilha Ajuda e Suporte Mútuos em saúde mental**. Brasília: Ministério de Saúde, 2013.

VASCONCELOS, E. M. et al. **Manual de direitos e deveres dos usuários e familiares em saúde mental e drogas**. Rio de Janeiro: escola de Serviço Social da UFRJ. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

9. ANEXOS



9.1 Materiais de apoio para as oficinas

Oficina sobre Conselhos Participativos

Glossário de comitê/conselho participativo:

- *Reunião ordinária:* reunião comum, que já está marcada e geralmente ocorre nos mesmos dias e horários;
- *Reunião extraordinária:* reunião extra, marcada geralmente pela urgência de algum tema;
- *Pauta:* tópico de temas específicos a serem debatidos em reunião;
- *Encaminhamento:* proposta de ação do comitê/conselho em relação ao tema debatido em reunião. Suas possibilidades variam de acordo com as atribuições de cada conselho ou comitê participativo, podendo incluir envio de ofícios, agendamento de reunião extraordinária, elaboração de relatório, visita a equipamento, organização de seminário, etc;
- *Votação/Deliberação:* decisão do comitê/conselho sobre as propostas de encaminhamento. A decisão é tomada conjuntamente entre os conselheiros presentes, por meio de votação ou consenso;
- *Ofício:* forma de comunicação entre os órgãos públicos, utilizado, por exemplo, para perguntar informações de políticas públicas;
- *Ata:* registro oficial da reunião, elaborado e aprovado pelo comitê/conselho;
- *Questão de ordem:* problema relacionado à organização da reunião -por exemplo: barulho;
- *Quórum:* número mínimo de conselheiros que precisa estar presente para que a reunião ocorra ou para que seja realizado algum encaminhamento;
- *Regimento interno:* conjunto de regras que organizam as dinâmicas internas de uma instituição. Em um conselho ou comitê, o regimento costuma orientar o regime de votação, o quórum, etc.

9.2 Casos práticos hipotéticos

Caso hipotético 1

Rosa, uma pessoa em situação de rua que você conhece e com quem convive, te procurou pedindo ajuda. Ela disse que, na semana passada, foi proibida de entrar no centro de acolhida onde já tinha uma vaga fixa. O funcionário disse que ela não poderia entrar porque tinha usado droga ou bebido, mas Rosa diz que não chegou a usar nada, estava apenas muito cansada no dia. Disse que falou isso para o funcionário, mas, ainda assim, ele a proibiu de entrar. Ela ficou muito irritada, acabaram discutindo e outros funcionários apareceram para mediar a situação, proibindo Rosa de entrar. Ela dormiu na rua naquela noite e, quando voltou, no outro dia, disseram que tinha perdido a vaga, que tinha sido desligada do serviço porque já tinha causado diversos problemas e conflitos, também com outros conviventes, que não se estava adaptando às regras do serviço. Por isso, não poderia retornar mais lá e ficou "restrita" do serviço. Rosa tentou buscar vaga em outro centro de acolhida por perto, para continuar o acompanhamento médico e o curso profissionalizante que está cursando, mas disseram que só tem vaga em outra região, onde teria que pegar dois ônibus para ir e dois ônibus para voltar, e o custo de transporte é muito caro, além do que ela consegue pagar. Ela procurou você porque sabe que você faz parte do Comitê Pop Rua/Ciamp Rua da região e tem esperança de que você consiga uma vaga para ela.

Reflexões:

- Essa é uma situação isolada ou você já viu ocorrer outras vezes?
- O que precisaria ser diferente nesse cenário para que situações como essa tivessem um desfecho diferente? Quais mudanças seriam importantes na política de acolhimento ou em outras políticas para melhor atender às demandas e necessidades de pessoas como Rosa?
 - De que formas o Ciamp Rua/Comitê PopRua pode atuar para promover essas mudanças nas políticas? Qual é o papel do Ciamp Rua/Comitê PopRua diante de situações como essa?
 - O que você, como conselheiro, pode fazer? De que formas você e outros conselheiros podem abordar essas questões no Ciamp Rua/Comitê

PopRua? Quais encaminhamentos seriam possíveis?

Caso hipotético 2

Na última reunião do Ciamp Rua/Comitê PopRua, Antônio, um integrante de movimento social e conselheiro no Comitê, denunciou ações de zeladoria urbana que ocorreram na praça central da cidade. Contou que presenciou na última semana muitos agentes de limpeza e guardas civis metropolitanos retirando diversos pertences de pessoas em situação de rua, como barracas, colchões e documentos pessoais. Nessa reunião, Renato, guarda civil e conselheiro representante da secretaria que gerencia o serviço de zeladoria urbana, defendeu a ação. Disse que "a Guarda Civil Metropolitana sempre age de acordo com a lei e em respeito aos Direitos Humanos". Afirmou, também, que há um novo decreto que determina a retirada de qualquer objeto que esteja atrapalhando a circulação de pessoas nas calçadas, sendo necessário retirar as barracas e os colchões.

A reunião foi encerrada pouco depois, porque a discussão ficou acalorada e o tempo se estendia, porém, você e os demais conselheiros deliberaram que a política de zeladoria urbana seria pauta da próxima reunião. Você se incomodou com o encerramento da reunião e se preocupou com o decreto que foi mencionado. Existe mesmo esse decreto? É isso mesmo o que ele quer dizer? O que pode ser feito? Você pretende se preparar com atenção para a próxima reunião, porque entende que a retirada de pertences representa um grande problema para as pessoas em situação de rua.

Reflexões:

- A retirada de pertences em ações de zeladoria urbana é uma situação isolada ou você já viu ocorrer outras vezes?
- O que é um decreto? O que esse decreto diz? Ele foi discutido no Ciamp Rua/Comitê PopRua? Ele poderia ter sido publicado sem antes passar pelo Ciamp/Comitê?
- Qual é o papel do Ciamp Rua/Comitê PopRua diante de situações como essa? O que o Comitê poderia fazer sobre essa pauta?
- O que você, como conselheiro do Comitê, pode propor? Como você e outros conselheiros podem preparar-se para a próxima reunião? Quais encaminhamentos seriam possíveis?

AOS LEITORES

A Escola Nacional PopRua nasceu da urgência de construir caminhos coletivos de formação, autonomia e cuidado à população em situação de rua. Este Manual é fruto desse compromisso.

O trabalho realizado é fruto de muitas mãos, sonhos, resiliência e do desejo coletivo de construir ações que fortaleçam a autonomia e o cuidado com a população em situação de rua.

A Escola, que teve início em 2023, com uma equipe composta por Fátima Marques, Stella Santos e Joana Brasília, transformou-se ao longo do tempo, tornando-se também a escola de Taciana Madruga, Verônica Martines, Kleidson Oliveira, Samuel Rodrigues e Matheus Rocha, fortalecendo-se ainda mais com a chegada de Guioberto Carvalho, Bianca Campos e Otto Leone.

A Escola Nacional agradece também o apoio fundamental de Regiane Gomes, Mayara Christina, Flávia Marques, Sofia Oliveira, Vitor Lúcio, Kethlen Dandara, Raquel Barbosa e Josélia Trindade.

Desde o princípio, defendemos que o que a Escola constrói para a Rua deve retornar à Rua. O conhecimento só tem valor quando é compartilhado e entregue.

Este Manual é um pequeno resultado das ações políticas e potentes que realizamos e o entregamos a vocês para que nada se perca, nada se esqueça, tudo se nutra. Esperamos que ele possa contribuir com a construção de espaços educativos. Caso tenha aplicado alguma dessas propostas, conte-nos como foi!

Contato: colabnacionalpoprua@fiocruz.br

CADERNO METODOLÓGICO DA ESCOLA NACIONAL POP RUA

